



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
Departamento de Linguística Aplicada

EVÓDIA DE SOUZA BRAZ

Línguas e Identidades em Contexto de Fronteira Brasil / Venezuela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística Aplicada, na área de Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngüe.

Orientadora: Profa. Dra. Terezinha Machado Maher.

Campinas/SP, fevereiro de 2010.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B739L

Braz, Evódia de Souza.

Línguas e identidades em contexto de fronteira Brasil/Venezuela /
Evódia de Souza Braz. -- Campinas, SP : [s.n.], 2010.

Orientador : Terezinha de Jesus Machado Maher.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Bilinguismo. 2. Fronteiras. 3. Identidades. I. Maher, Terezinha
de Jesus Machado. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Languages and Identities in the Frontier of Brazil and Venezuela.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Bilingualism; Frontiers; Identities.

Área de concentração: Multiculturalismo, Plurilinguismo e Educação Bilíngue.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora: Profa. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher (orientadora), Profa. Dra. Marilda do Couto Cavalcanti e Profa. Dra. Maria Elena Pires Santos. Suplentes: Prof. Dr. Marcelo El Khouri Buzato e Profa. Dra. Maria de Fátima Silva Amarante.

Data da defesa: 25/02/2010.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

Terezinha de Jesus Machado Maher



Marilda do Couto Cavalcanti



Maria Elena Pires Santos



Marcelo El Khouri Buzato

Maria de Fátima Silva Amarante

IEL/UNICAMP
2010

AGRADECIMENTOS

Sou grata,

Àquele que está comigo em todos os momentos, mesmo quando me mostro arredia; que me inunda com seu cuidado e proteção, enquanto mergulho na minha individualidade; que me ama com tanta intensidade, que me causa constrangimento.

A Terezinha Maher, minha orientadora, pela sua competência e pelo muito que tem me ensinado; e por ser tão acolhedora, paciente, cuidadosa, amável... por ser a minha querida professora Teca.

Às professoras Marilda Cavalcante e Maria Elena Pires Santos, pelas contribuições teóricas no exame de qualificação e defesa desta dissertação.

A Márcia Paioli, que com seu profissionalismo e competência, tanto me ajuda a lidar com as dores que eu mesma construo.

Aos colegas da UNICAMP, principalmente a Márcia Andréa e a Geralda de Lourdes, pelas agradáveis conversas sobre qualquer coisa.

Aos colegas da UFRR que sinceramente torceram pelo meu sucesso, sobretudo a Déborah Freitas, pelos diálogos que abrandaram a minha inexperiência acadêmica, e a Maria Helena Oyama, pelas conversas via e-mail, que me trouxeram calma quando a minha solidão era ainda uma criança irrequieta.

A Valente e a Cleide, pelo apoio logístico no momento da pesquisa de campo; a Fabiano e a Ângela, pelo caloroso aconchego; e a Rossi, pelo cavalheirismo tão espontâneo.

Aos pacaraimenses que me receberam tão bem, principalmente àqueles que fizeram parte da pesquisa.

Aos meus amados irmãos, tios, primos e amigos que sempre pensaram, torceram e intercederam por mim.

A Érik, que se alegra com as minhas vitórias.

A Toth e Sink, por não me deixarem inaugurar o campo de pesquisa sozinha e pelo sincero amor para comigo.

Especialmente aos meus queridos papai e mamãe, por tantas e tantas coisas, que seria impossível enumerá-las, mas principalmente pelo amor incondicional, que impulsionou tamanho apoio, dedicação e súplicas a Deus.

RESUMO

O presente estudo foi realizado na região de fronteira Brasil / Venezuela, mais precisamente no município brasileiro de Pacaraima, localizado no extremo norte do estado de Roraima. Objetivando analisar representações sobre línguas e nacionalidades, a pesquisa focou a área comercial turística da cidade de Pacaraima, no perímetro urbano do município. Desenvolvido nos limites fronteiriços com Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana, o comércio de Pacaraima representa a principal atividade econômica da cidade e o primeiro ponto de encontro entre brasileiros e hispânicos, sobretudo venezuelanos e peruanos. A pesquisa, interpretativista e de cunho etnográfico, foi viabilizada, nesse contexto bilíngue, através de conversas informais (registradas em notas de campo), de entrevistas semi-estruturadas (gravadas em áudio) e de registros fotográficos. As perguntas de pesquisa que orientaram a análise dos dados foram: a) *De que forma as identidades nacionais são representadas pelos participantes da pesquisa, isto é, pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela?* e b) *Que representações são construídas pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela acerca das línguas utilizadas no comércio, português e espanhol, e de suas diferentes variedades?* Utilizando contribuições teóricas de diferentes áreas (Linguística Aplicada, Estudos Culturais, Antropologia e Sociologia), foram discutidos os conceitos de língua (COX e ASSIS-PETERSON, 2007; CESAR e CAVALCANTI, 2007), identidade (CUCHE, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005), nacionalidade (BERENBLUM, 2003) e representação (HALL, 1997). A análise realizada sugere que embora a brasilidade seja vista positivamente no confronto com outras identidades nacionais, a identidade dos brasileiros da região é percebida como frágil e conflituosa quando construída tendo como referência os problemas locais. De forma análoga, atribui-se um valor positivo à língua portuguesa quando essa é comparada ao espanhol, em suas diferentes variedades, embora esse prestígio diga respeito a uma variedade outra que não ao português utilizado na região. No que se refere às representações acerca da língua espanhola, há evidências de que as variedades mais distantes dessa língua (a variedade peninsular e a variedade utilizada em Caracas) são as únicas que têm prestígio, já que o espanhol local é estigmatizado.

PALAVRAS- CHAVES: bilinguismo português/espanhol; identidades; fronteira.

ABSTRACT

The present study was conducted in the frontier between Brazil and Venezuela, more precisely in Pacaraima, a Brazilian district located up northern Roraima State. Focusing on the commercial and tourist section of urban Pacaraima, its aim was to analyze representations of local different languages and nationalities. Quite close to Santa Elena de Uairén, a Venezuelan town, the commercial zone of Pacaraima represents, not only the most important economic activity or the area, but a significant meeting point between Brazilians and their Hispanic neighbors. The data of this research, which was interpretativist an ethnographic in nature, was collected though informal conversations (registered in field notes) and semi-structured audio-taped interviews, as well as photographs taken in such bilingual context. Two research questions guided the data analysis: a) *How are national analysis represented by research subjects, that is, by Brazilian salespeople in the frontier of Brazil and Venezuela?* and b) *What representations are constructed by Brazilian salespeople in the frontier of Brazil and Venezuela in regard to the languages (Portuguese, Spanish and their sociolinguistic varieties) used in commerce?* Making use of contributions from different theoretical areas (Applied Linguistics, Cultural Studies, Anthropology and Sociology), concepts such as language (COX e ASSIS-PETERSON, 2007; CESAR e CAVALCANTI, 2007), identity (CUCHE, 2002; HALL, 2006; BAUMAN, 2005), nationality BERENBLUM, 2003) and representation (HALL, 1997) were discussed. Data analysis suggest that although Brazilian identity is seen positively when contrasted with other national identities, the identity of Brazilians who live in the area is perceived as being fragile and conflictive when thought of in terms of local existing problems. Similarly, a positive value is attributed to Portuguese when compared to Spanish and its varieties, although such prestige refers, not to the Portuguese variety spoken locally, but to the way this language is used elsewhere. As far as the representations of Spanish is concerned, results showed that more distant varieties of this language (such as the varieties used in Spain and in Caracas) are considered to be the only prestigious ones, since the local variety of Spanish is stigmatized.

KEY-WORDS: Portuguese/Spanish bilingualism; identity; frontier.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Os objetivos e as perguntas de pesquisa.....	07
A organização da dissertação.....	08
CAPÍTULO 1 – O ARCABOUÇO TEÓRICO	11
1.1 Representação e língua.....	11
1.2 A identidade e a língua nacional como representação.....	15
1.2.1 A construção nacional das ex-colônias.....	19
1.2.2 O colapso da identidade nacional e a crise identitária.....	23
1.3 Conflitos sociolingüísticos e identitários em fronteira.....	30
CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	33
2.1 O paradigma teórico/metodológico adotado	33
2.2 Etapas da pesquisa.....	42
2.3 O contexto de pesquisa e seus participantes	42
2.3.1 Os participantes da pesquisa.....	43
2.3.2 Pacaraima: representação sobre os seus primórdios.....	44
2.3.3 O comércio local: representações sobre o panorama atual.....	47
2.4 Os procedimentos de geração de dados	54
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS	59
3.1 Nacionalidades	60

3.1.1 Expressões de brasilidade.....	60
3.1.1.1 A brasilidade exaltada.....	60
3.1.1.2 A brasilidade em crise.....	63
3.1.2 As nacionalidades hispânicas.....	70
3.1.2.1 A identidade peruana.....	72
3.1.2.2 A identidade venezuelana.....	75
3.1.3 Uma alternativa à brasilidade em crise.....	79
3.2 As línguas do comércio de Pacaraima	83
3.2.1 Representações acerca da língua portuguesa	91
3.2.1.1 O prestígio atribuído à língua portuguesa.....	91
3.2.1.2 Da minha língua boa à língua que não é minha	93
3.2.2 Representações acerca das línguas do mundo hispânico.....	95
3.2.2.1 O espanhol como língua internacional	96
3.2.2.2 O espanhol “de longe” <i>versus</i> o espanhol da fronteira	97
3.2.3 Representações acerca da mescla linguística.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXO	113

INTRODUÇÃO

O interesse em propor a investigação aqui relatada advém de minhas preocupações com a política de ensino do espanhol no contexto brasileiro, que venho estudando desde 2004: a região de fronteira Brasil / Venezuela, no estado de Roraima. Embora este estado constitua uma tríplice fronteira – Brasil, Venezuela e Guiana, de língua inglesa –, o espanhol representa a língua estrangeira de prestígio em Roraima, tendo em vista que o Brasil mantém relações comerciais muito estreitas com a Venezuela, além do forte apelo turístico deste país, que atrai brasileiros para a região da *Gran Sabana* e para o Caribe venezuelano.

Neste cenário mais amplo, o foco de minhas considerações na pesquisa em pauta foi o município fronteiro de Pacaraima, localizado no extremo norte de Roraima, em reservas indígenas, o qual possui uma área de 8.028,43 km², aproximadamente 3.5793% do território roraimense.



Figura 1 - Mapa de Roraima. ¹

¹ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/foto/0,,14645699-EX,00.jpg>, acesso em: 03 de fevereiro de 2009.

A cidade de Pacaraima, área urbana do município, localizada a 215 km da capital Boa Vista, possui escolas do estado e do município, todas contando com a língua espanhola em seus currículos, no ensino fundamental e médio. O meu primeiro contato com o ensino de línguas nas escolas de Pacaraima deu-se, em 2004, por ocasião de um trabalho piloto para o meu curso de Especialização, o qual foi realizado em uma escola estadual de ensino médio.² Sendo a maior instituição de ensino da cidade, esta escola abriga um grande número de alunos brasileiros e venezuelanos, compondo, assim, um cenário bilíngüe.³

Uma parte do alunado dessa escola reside em *Santa Elena de Uairén*, cidade venezuelana de fronteira. Estes estudantes são brasileiros, filhos de brasileiros; venezuelanos, filhos de venezuelanos; ou ainda, filhos de brasileiros e venezuelanos, que têm, na maioria das vezes, dupla nacionalidade. Os alunos de *Santa Elena de Uairén* são beneficiados pelo transporte escolar gratuito, que serve as escolas de Pacaraima, realizando diariamente o trajeto de uma cidade para outra, nos três turnos.

Na maioria dos casos, segundo relatos dos próprios pais dos alunos residentes do outro lado da fronteira, o principal motivo que os leva a matricular os filhos na escola brasileira é o cuidado para com o aprendizado, ou a manutenção, da língua portuguesa. Muito embora o espanhol faça parte do currículo escolar, é para aprender (ou não esquecer) o português, que os alunos vão à escola de Pacaraima. É curioso observar, porém, que o contrário não procede: segundo esses relatos, quase não se enviam alunos brasileiros às escolas de *Santa Elena*

² Elaborei para esse curso de Especialização em Ensino/Aprendizagem de Língua e Literatura, promovido pela Universidade Federal de Roraima, a monografia intitulada “O contato linguístico em área de fronteira Brasil/Venezuela – o português e o espanhol nas escolas de Pacaraima”.

³ Embora não diga respeito ao tema tratado nesta dissertação, é importante salientar que o mapa sociolinguístico do município de Pacaraima compreende também, sobretudo na área rural, falantes das línguas indígenas, tais como Macuxi (família linguística Karib), Wapixana (família linguística Aruak) e Taurepang (família linguística Karib), já que o município está inserido nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos.

de Uairén para aprender espanhol.⁴ Deparei-me, nessa ocasião, com a primeira evidência de que o espanhol falado na região não gozava de prestígio social.

Uma outra evidência do desprestígio do espanhol venezuelano naquele ambiente escolar surgiu durante uma conversa que tive com uma das professoras de espanhol: tentando me explicar porque não entendia o espanhol dos venezuelanos, ela afirmou que a língua deles era, na verdade, um *castelhano*, e não o espanhol da Espanha, língua com a qual ela se familiarizara na academia. No desenrolar da fala da docente, pude entender que de sua perspectiva, o que ela denominava *castelhano* (a língua atribuída aos venezuelanos), era uma variedade não legítima do espanhol, não sendo a língua dos venezuelanos, portanto, aquela que era ensinada como língua estrangeira.

O tempo que despendi nessa escola de Pacaraima fez-me perceber que a atitude da professora acima descrita não era um caso isolado: a variedade venezuelana do espanhol não parecia ser, de fato, bem vista. Em uma outra ocasião, estávamos, um aluno venezuelano e eu, interagindo em espanhol, quando um docente que passava no momento de nossa conversa o advertiu, solicitando que o aluno falasse “direito” o português, dando a entender que a sua

⁴ Um fato novo acontecido quando a pesquisa aqui relatada já estava em sua fase final foi a inclusão, em 2009, dos municípios de Pacaraima e Santa Elena de Uairén no *Projeto Escola Intercultural Bilingüe de Fronteira* (PEIBF). Criado em 2005, esse projeto, inicialmente parte de um acordo bilateral entre o Brasil e a Argentina, tem por objetivo promover um intercâmbio linguístico e cultural entre escolas em região de fronteira. Segundo Ciegliniski (2008), a inclusão das novas escolas brasileiras no programa será precedida de um estudo, realizado pelo IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, de Florianópolis (SC), cujo objetivo é verificar o grau de conhecimento da língua espanhola por parte dos brasileiros. Os resultados desse estudo servirão de base para construir o programa de intercâmbio entre as escolas de Pacaraima e de Santa Elena de Uairén. Convém esclarecer que, de acordo com informações encontradas no texto *Escola de Fronteira* disponibilizado no Portal do MEC (s/d), o objetivo principal do PEIBF “é a integração de estudantes e professores brasileiros com os alunos e professores dos países vizinhos. E (...) a ampliação das oportunidades do aprendizado da segunda língua. A metodologia adotada no projeto é a de ensino por projetos de aprendizagem. Os professores, de ambos os países, realizam o planejamento das aulas juntos e determinam em quais partes do projeto os professores realizarão o intercâmbio, pelo menos uma vez por semana. Portanto, o que ocorre no PEIBF não é o ensino de língua estrangeira, mas o ensino em língua estrangeira, criando um ambiente real de bilingüismo para os alunos.”

língua materna era, na verdade, um “português mal falado”. Evidentemente, não foi pequeno o desconforto que a atitude desse docente gerou no aluno. De um modo geral, o que pude perceber é que a maioria dos professores sequer parecia identificar os seus alunos cuja língua materna era o espanhol venezuelano, como “estrangeiros”, devido ao pouco sotaque que tinham quando falavam português. Apenas um aluno, recém chegado de Caracas, com seu quase inexistente português, era tido como “estrangeiro”: o seu modo falar era visto com reservas, o que fazia com que esse aluno *caraqueño* se mostrasse quase sempre muito tímido, um aluno que pouco falava e que, quando o fazia, era em um tom muito baixo e com a cabeça sempre curvada.

É importante esclarecer que, apesar de suas complexas particularidades, a escola de Pacaraima aqui focalizada segue exatamente as mesmas orientações curriculares que as demais escolas do estado. De acordo com as orientações curriculares fornecidas pelo Parecer CEE/RR N° 111/07, de 23 de novembro de 2007, do Conselho Estadual de Educação de Roraima, órgão que orienta a educação das escolas estaduais, no ensino médio,

a escola deve, obrigatoriamente, assegurar aos seus alunos os estudos relativos ao conhecimento e uso da língua portuguesa; da matemática; da história; das ciências; da geografia; das artes; de uma língua estrangeira moderna; da educação física para os cursos diurno e noturno; e ensino religioso [...] a escola deve acrescentar, também, filosofia; sociologia; e iniciação científica.

Ainda é de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação de Roraima a elaboração dos programas das disciplinas, os quais são distribuídos a todas as escolas estaduais. A matriz curricular fornecida por este conselho prevê, nas áreas de conhecimento, uma base nacional comum, de conteúdo padronizado para todas as escolas, e uma parte diversificada, na qual é facultada a elaboração de programas específicos para cada escola, assegurando que sejam contempladas as especificidades de cada instituição de ensino, de acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, o qual é encaminhado ao Conselho Estadual de

Educação de Roraima para apreciação. A base nacional comum abrange quase que todas as disciplinas, exceto a língua estrangeira moderna e a iniciação científica, estas últimas, alocadas na parte diversificada da matriz curricular.

A maioria das escolas estaduais não possui, no entanto, um Projeto Político Pedagógico, a exemplo da escola do município de Pacaraima, e por esta razão, segue unicamente as orientações do Conselho Estadual de Educação de Roraima que, como vimos, apenas fornece orientações gerais e não contempla especificidades. Apesar de se constituir em um ambiente bilíngüe, onde grande parte dos estudantes não são falantes nativos de português e a língua estrangeira moderna, o espanhol em sua variedade venezuelana, ser a língua materna de muitos alunos, a escola de Pacaraima, tal qual qualquer outra instituição de ensino do estado de Roraima, prevê na sua estrutura organizacional curricular, o português como língua materna e o espanhol – em sua variedade peninsular – como língua estrangeira, esquecendo-se de seus tantos alunos falantes nativos de uma variedade latino-americana do espanhol. As políticas de ensino de espanhol que impõem, no contexto brasileiro, um modelo de espanhol peninsular hegemônico, parecem, portanto, ser bem sucedidas na escola da fronteira Brasil / Venezuela.

As evidências parecem indicar que a língua estrangeira à qual a escola atribui prestígio e legitimidade e que compõe a matriz curricular, não é a mesma língua materna do alunado que ela abriga: o que está posto no currículo parece não ter relação alguma com o contexto tão peculiar da instituição escolar. As manifestações lingüísticas que fogem ao padrão ratificado pelo currículo da escola, são, assim, desprestigiadas. Como ressalta Citrinovitz (1993), não sabendo como tratar as línguas e culturas que se afastam das legitimadas pela escola, esta frequentemente as desvaloriza, ignora ou ainda, reprime.

Não é possível nos esquecer do que nos adverte Silva (2006): o currículo é um discurso que nos forma. Ele nos fornece uma visão de mundo, um projeto social, uma “verdade”. O discurso curricular legitima e naturaliza comportamentos,

constrói e organiza identidades lingüísticas, nacionais, culturais, de gênero, etc., e é, portanto, um elemento que produz significados.

Sendo o discurso curricular, um elemento que constrói significações, este não pode ser pensado fora das relações de poder. O que está posto no currículo são as representações de grupos sociais poderosos, traduzidas através de políticas educacionais que determinam, e orientam, os saberes da escola. Como salienta o mesmo autor (op. cit., p.23), a prática de significar “é fazer valer significados particulares, próprios de um grupo social, sobre os significados de outros grupos, o que pressupõe um gradiente, um diferencial de poder entre eles.”

Evidentemente, é preciso fazer investimentos que possibilitem uma reformatação da matriz curricular da escola da fronteira Brasil / Venezuela em questão, de modo que ela contemple, no seu programa de ensino de espanhol, a língua materna de uma parte considerável de seu alunado e não apenas a variedade peninsular dessa língua. Mas, para tanto, é preciso situar essa escola no contexto maior em que ela está inserida, pois, como insiste Maher (2008), para que políticas lingüísticas e educativas possam ser bem sucedidas, é necessário levar em consideração também as representações existentes no entorno escolar. E aí várias questões se colocam: convém pensar sobre o que representa o espanhol latino americano no ambiente informal, sem o controle rígido e disciplinador da escola; se os significados sobre as línguas legitimadas no discurso escolar também constituem as “verdades” do seu entorno; de que forma os falantes do espanhol venezuelano são avaliados pela sociedade local; e se as representações negativas do bilinguismo português / espanhol venezuelano – percebidas na escola estão circunscritas a esse ambiente educativo ou elas refletem atitudes presentes também fora dele. Estas foram as preocupações que me motivaram a propor a pesquisa que serviu de base para esta dissertação. Neste espaço ainda tão desconhecido, estudos que focalizam as percepções locais das línguas da fronteira Brasil x Venezuela, bem como da identidade de seus falantes, são, até onde sei, inexistentes. Diante desse panorama, urge a

necessidade de pesquisas que focalizem essas questões, o que espero, justifica a pesquisa em pauta.

Os objetivos e as perguntas de pesquisa

A cidade de Pacaraima foi formada principalmente pela massa trabalhadora que se deslocou para a região no final do século XX estimulada pelas políticas de colonização dos limites fronteiriços ao norte do Brasil, empreendidas pelo Estado brasileiro.⁵ O povoamento da cidade ainda teve como incentivo a atividade comercial destinada a venezuelanos,⁶ um lucrativo negócio que veio representar o principal meio de vida para aquelas pessoas que buscavam o seu sustento. O comércio foi, assim, significativo para a formação de Pacaraima. A cidade vive em torno da atividade comercial turística, desenvolvida exatamente nos limites da fronteira. O comércio é, antes da escola, o primeiro e principal contexto bilíngüe de Pacaraima. Além dos turistas venezuelanos, há que se ressaltar a presença de comerciantes não apenas brasileiros, mas também de trabalhadores de outras nacionalidades latino-americanas, principalmente peruanos. É, portanto, a área comercial de Pacaraima o local onde, sobretudo, circulam representações acerca do espanhol latino americano, bem como das diferentes identidades nacionais de seus falantes.

Focalizando o comércio dessa cidade fronteiriça, foi objetivo da pesquisa relatada nesta dissertação analisar as representações construídas por comerciantes brasileiros acerca das línguas e nacionalidades aí presentes. Para tanto, busquei responder às seguintes perguntas:

⁵ Embora mais detalhes sobre Pacaraima sejam fornecidos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação, adianto que a vila de BV-8 nasceu com a chegada do exército e que essa vila é elevada à categoria de município em 17 de outubro de 1995.

⁶ Um número significativo de venezuelanos se desloca, nos períodos de férias e feriados prolongados para a *Gran Sabana*, região turística ao sul do país. Nessa atividade, costumam atravessar a fronteira para conhecer Pacaraima. Mais informações a respeito serão fornecidas no capítulo 3.

- a) De que forma as identidades nacionais são representadas pelos participantes da pesquisa, isto é, pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela?**
- b) Que representações são construídas pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela acerca das línguas utilizadas no comércio?**

A expectativa é que o conhecimento produzido na pesquisa aqui focalizada possa fornecer subsídios para que, posteriormente, possamos pensar uma política de ensino de espanhol para a região que leve em consideração a variedade de língua presente no contexto.

A organização da dissertação

Este trabalho está organizado em três capítulos. No capítulo I, explico o embasamento teórico que dá sustentação à dissertação. Na primeira parte, focalizo a questão da representação, apoiando-me em autores como Hall (1997) e Silva (2006 e 2007); apresento o conceito de cultura, em consonância com Cuche (2002), na Sociologia; Hall (2003, 2006), nos Estudos Culturais e Maher (2007), na Lingüística Aplicada; e o conceito de língua, de acordo com Cox e Assis-Peterson (2007) e César e Cavalcanti (2007). Em seguida, discorro sobre identidade, de acordo com Cuche (2002), Bauman (2005), Hall (2006 e 2007) dentre outros, focalizando a construção das narrativas nacionais e o enfraquecimento das mesmas frente às políticas identitárias do presente. Por último, menciono alguns estudos sobre fronteira.

Descrevo, no capítulo II, a orientação epistemológica embasando-me em autores como Santos (1989) e Hughes (1983), mas principalmente, em Linguistas Aplicados, dentre os quais, Fabrício (2006), Moita Lopes (2006a e 2006b), Pennycook (2006) e Rajagopalan (2006). A seguir, exponho os procedimentos metodológicos (ERICKSON, 1989; DENZIN, N. K. e LINCOLN, 1989; MOITA

LOPES, 1994; CHIZZOTTI, 2006 e outros), que orientaram a investigação, de cunho etnográfico, aqui relatada. Por fim, apresento o contexto e os participantes da pesquisa, bem como os procedimentos de geração dos dados.

No capítulo III, procedo à análise dos dados gerados durante o período em campo – janeiro a abril de 2009, os quais dizem respeito às representações dos brasileiros acerca das nacionalidades e línguas na fronteira Brasil / Venezuela. Após a análise, faço algumas considerações finais e, ao término do trabalho, incluo as referências bibliográficas e os anexos.

CAPÍTULO 1

ARCABOUÇO TEÓRICO

Neste capítulo, apresento os pressupostos teóricos que servirão de base para tentar responder às perguntas de pesquisa formuladas anteriormente (*De que forma as identidades nacionais são representadas pelos participantes da pesquisa, isto é, pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela? Que representações são construídas pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela acerca das línguas utilizadas no comércio?*). Inicialmente discorro sobre o conceito de representação, ou práticas de significação materializadas através da língua(gem). Em seguida, discuto as narrativas nacionais inventadas para representar a identidade e a língua nacional, bem como o anacronismo deste modelo frente à crise identitária e as políticas de identidade do nosso tempo. Por último, faço referência a alguns estudos em contextos de fronteira, ressaltando que estes espaços são inerentemente multiculturais e plurilíngües, mas ainda fortemente orientados pelas velhas estruturas das identidades e línguas nacionais.

1.1 Representação e língua

A pós-modernidade inaugura um processo de desestabilização das epistemologias da modernidade, aquelas que uma vez “regeram com tanta segurança, os projetos de domínio da natureza, do mundo e da sociedade” (SILVA, 2006, p. 31). O fato é que as grandes narrativas que orientaram todo o período moderno, aquelas impregnadas de legitimidade científica e que descreviam um mundo ancorado em certezas, tornaram-se anacrônicas face aos acontecimentos inerentes ao nosso tempo. Este novo contexto pós-moderno

acabou por solapar as certezas de outrora, fazendo com que estas mesmas “verdades” fossem lançadas em um mar de descrédito.

Para Silva (op. cit.), a crise epistemológica que assistimos hoje tem a ver com a própria crise do conceito de representação. A concepção tradicional entendia que o processo de representar correspondia à captura do real na mente humana, ou seja, o que se apreendia conectava-se diretamente a uma realidade “bruta”, que refletia, mimeticamente, o mundo. Esta idéia, portanto, acabava por apagar por completo toda a textualidade que revestia a representação. Mas foi justamente essa forma de ver o mundo, esse modo de retratar a realidade “bruta”, que ficou obsoleta, tornando o próprio conceito tradicional de representação, insustentável.

O conceito de representação que embasa este trabalho advém dos Estudos Culturais, área do conhecimento que entende que representar é um processo elaborado na, e pela linguagem, impregnado, portanto, não de objetividades, mas sim, de subjetividades. Representar alguma coisa implica em atribuir a esta uma carga semântica; falar sobre algo é também construí-lo. A teoria, como salienta Silva (2007, p. 11), “não se limitaria, pois, a descobrir, a descrever, a explicar a realidade: a teoria estaria irremediavelmente implicada na sua produção. Ao descrever um ‘objeto’, o saber científico, de certo modo, inventa-o”. O conhecimento é, assim, uma representação, ou seja, um processo pelo qual se produz significados por intermédio da linguagem (SILVA, 2006; HALL, 2003).

De acordo com Silva (op. cit., p. 60), a representação está indissociavelmente ligada à visão. Ao olhar um objeto, o que retorna, mediado pela linguagem, é a representação:

aquilo que, através do olhar, a representação retorna não são a coisas visíveis: algo que o olhar surpreendeu num instante que por um momento, um breve momento, possa ter escapado ao artifício da representação. Pois, na verdade, a observação nunca se dá a olho nu: entre ela e as coisas se interpõe, já, a linguagem.

Ao retornar, na representação, é de novo a linguagem que se atravessa no caminho.

As coisas ao nosso redor estão carregadas de subjetividades, de textualidade, elas são, na verdade, apenas representações (SILVA, op.cit.). Neste sentido, as práticas de significação são um processo dinâmico de (re)significação do que está à nossa volta; o trabalho empreendido na significação é, pois, representação da representação. Para Hall (2003), o significado que atribuímos a alguma coisa é determinado pelo uso que fazemos dela, pelas representações que a construíram anteriormente e que a inseriram em um determinado contexto com uma determinada funcionalidade. É o trabalho da representação, ainda de acordo com Hall (op. cit.), que nos permite nomear as coisas; através das palavras, através da língua, elas se tornam aquilo que se fala sobre elas, tornam-se os valores que a elas atribuímos, a maneira como as classificamos.

Os significados construídos pela representação são historicamente situados, produzidos socialmente e, por isso mesmo, gozam de mutabilidade. Para compreender melhor como se dá representação, ou seja, a relação entre, de um lado, a realidade e, de outro, a maneira pela qual esta se torna inteligível, Hall (op. cit.) salienta a relação entre *significado* e *cultura*. Antes de discorrer sobre essa relação, porém, cabe explicitar, muito brevemente, a compreensão de cultura que embasa as discussões feitas neste trabalho.

A concepção de cultura que me apóia nesta dissertação está em consonância com Cuche (2002), na Sociologia; Hall (2003, 2006), nos Estudos Culturais e Maher (2007), na Lingüística Aplicada. De acordo com estes autores, a noção de cultura diz respeito às formas de viver e significar o mundo, referindo-se a “um sistema compartilhado de valores, de representações e de ação” (MAHER, op. cit., p. 8). A cultura não é um produto, é antes, um processo de práticas de significação, dinâmico, histórico e, portanto, transitório.

É, pois, a cultura que constrói o próprio mundo, constrói a si mesma e aos sujeitos que dela fazem parte. Em última instância, são os próprios sujeitos que

significam as coisas, através de suas práticas culturais. Compartilhar de uma mesma cultura implica em dizer que há um compartilhamento também na forma de construir inteligibilidades para o mundo, através da linguagem, em uma construção de compreensão mútua entre os indivíduos (HALL, 2003).

No entanto, este compartilhamento de significados, ainda segundo Hall (op. cit.), não implica em afirmar que uma cultura goza de significados unos e homogêneos. As representações produzidas nas práticas culturais são ainda diversas e estas regem comportamentos e influenciam as ações dos sujeitos.

Mas não são todos os membros de uma cultura que estão autorizados a representar, pois, como afirma Silva (2006; 2007), no jogo das representações estão implicados relações de poder. São, em última instância, os grupos sociais poderosos que controlam as representações e são as suas significações particulares aquelas legitimadas. São estas as representações que se naturalizam no interior das culturas e se constituem como “verdades”. Estas formas particulares de ver o mundo é que constroem as identidades de seus indivíduos e os situam dentro da sociedade, padronizando comportamentos.

Os grupos sociais cujas representações são legitimadas, naturalizadas e tidas como verdadeiras, acabam por silenciar os demais. Destes grupos menos privilegiados se subtraem o direito à representação e as suas formas de ver e viver no mundo são tidas como desviantes, dando a entender que, no interior das culturas, apenas uma única visão de mundo, um único comportamento, uma única forma de falar são válidos (SILVA, 2006).

Assim, as narrativas nacionais da modernidade, às quais me reporto na seção seguinte, padronizaram suas culturas, suas línguas e identidades, não admitindo hibridismos e contribuindo para difundir uma idéia de homogeneidade dessas manifestações.

Tal qual a cultura, a língua que a representa também é plural, é um construto que enseja nela mesma, uma gama de variações. Mas entendida como homogênea, ela acaba por escamotear uma diversidade de usos lingüísticos (COX e ASSIS-PETERSON, 2007).

Em uma reflexão sobre o conceito língua, em trânsito e sempre cambiante, César e Cavalcanti (2007, p. 61) fazem uso da metáfora do caleidoscópio, que

sendo feito por diversos pedaços, cores, formas e combinações, é um jogo de (im)possibilidades fortuitas e, ao mesmo tempo, acondicionadas pelo contexto e pelos elementos, um jogo que se explica sempre fugazmente no exato momento em que o objeto é colocado na mira do olho e a mão o movimenta; depois, um instante depois, já é outra coisa.

Assim como as práticas de significação são dinâmicas, (re)constroem a todo momento as representações, a língua, sendo a materialização destas representações, também goza de dinamismo, é tão transitória quanto as próprias representações.

1.2 A identidade e a língua nacional como representação

Ao observar historicamente a maneira como as identidades se constituíram, Bauman (2005) argumenta que ao longo do tempo, a maioria das sociedades humanas concentrou suas relações sociais nos domínios de proximidade, mesmo porque, os meios de transporte eram precários, pois, para a maioria das pessoas,

a “sociedade”, entendida como a maior totalidade de coabitação humana (se é que elas pensavam nesses termos), era igual à vizinhança adjacente. [...] No interior dessa rede de familiaridade do berço ao túmulo, o lugar de cada pessoa era evidente demais para ser avaliado, que dirá negociado (BAUMAN, op. cit., p. 24).

A identidade era determinada pelo nascimento do sujeito e não havia espaço para se pensar no “quem sou eu”. Mas a partir da desintegração dessas vizinhanças, ocorrida de forma lenta e auxiliada pela revolução dos transportes, na recém surgida modernidade, a questão identitária deixou de ser tão óbvia,

passando a se constituir em uma tarefa a ser desempenhada pelos próprios sujeitos.

A modernidade substituiu, assim, a solidez identitária adquirida no nascimento pela identidade pautada na idéia de pertencimento a uma classe, uma condição absolutamente instável, que precisava ser sempre ratificada. Nas palavras de Bauman (2005, p.56), quando a questão em foco é pertencer a uma classe,

é necessário provar pelos próprios atos, pela “vida inteira” – não apenas exibindo ostensivamente a certidão de nascimento -, que de fato se faz parte da classe a que se afirma pertencer. Deixando de fornecer essa prova convincente, pode-se perder a qualificação de classe, tornar-se *déclassé*.

Não sendo mais dada de uma vez por todas, a identidade passou a ser representada constantemente pela auto-identificação. Mas a tarefa de se representarem a si mesmos, que agora cabia aos próprios sujeitos, era clara e bem definida: um membro da burguesia, por exemplo, nunca seria confundido com um indivíduo de outra classe.

Com o desenrolar do período moderno, as mudanças que se instalaram foram demasiado profundas, promovendo o surgimento de novos e populosos centros de coabitação humana e afastando de uma vez por todas o “isolamento” das comunidades. A questão identitária colocou-se, então, como problemática, precisando ser repensada e recolocada.

Coube aos recém criados Estados-Nação, a tarefa de recriar, gerenciar e controlar as identidades. A construção identitária foi viabilizada pela invenção da narrativa nacional, um sistema de representação cultural, um discurso produtor de significados, ratificado por símbolos e instituições nacionais.

Hall (2006) argumenta que a cultura nacional é uma estrutura de poder cultural, pois: a) a grande maioria das nações foi sempre composta de diferentes culturas unificadas apenas a partir de um longo e violento processo de dominação;

b) as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais, diferentes etnias e gênero; c) sendo anteriormente centros imperiais ou neoimperiais, as nações exerceram seu poder hegemônico, silenciando as demais culturas dos povos colonizados. Segue-se que essa tarefa de invenção das identidades nacionais foi também legitimada através da coerção.

Nas palavras de Cuche (2002, p.188), a lógica com a qual funciona o Estado

o leva a ser cada vez mais rígido em matéria de identidade. O Estado moderno tende à monoidentificação, seja por reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional [...], seja por definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima [...]. A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais.

Calvet (2007) salienta que o poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado em uma única língua, pois ela possui uma função simbólica para os seus usuários, de sobremaneira significativa como ferramenta de identificação. Línguas e culturas de origem, muitas vezes, persistem como referentes idealizados, puros, na consciência dos sujeitos (HAMEL,1995).

Por este motivo, a língua foi uma ferramenta utilizada pelos Estados-Nação, para construir as identidades nacionais. Para Berenblum (2003, p.39), na formação desses Estados, foi necessário

inventar tradições e símbolos nacionais e se utilizar da máquina administrativa [...] com o fim de difundir uma imagem de “nação” que possibilitasse o sentimento de adesão e sentimento de lealdade a ela. Nesse sentido, essa identificação implicava uma homogeneização e padronização de seus habitantes, a qual foi possível, em parte, mediante a implementação das línguas nacionais.

A idéia de nação constitui uma das invenções mais convincentes que se naturalizaram no interior das comunidades. A idéia de pertencimento a uma determinada nação faz parte da constituição das nossas identidades; o compartilhar de uma história grandiosa, o mito fundador da nação (HALL, 2006), de fazer parte de uma cultura nacional, de possuir uma língua nacional, de comungar com os episódios gloriosos e dolorosos vividos por um grupo, o vincular-se a uma nacionalidade que nos fornece um lugar no mundo, a segurança de ser partícipe de uma tradição que está ali antes e depois da nossa existência, naturalizaram-se dentro de nós. As identidades

não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial [...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação (HALL, op.cit., p. 47-48).

A nação constitui-se, pois, em um mecanismo simbólico; ela constrói significados e representações, os quais formam e transformam nossas identidades e contribuem para desenvolver um sentimento de fidelidade: lutamos, matamos e morremos pela nação. A cultura nacional institui elementos concretos que constituem, organizam e regulamentam comportamentos generalizados, promovendo a idéia de uma cultura e uma língua homogênea.

Interessou aos Estados-Nação a tarefa de construir identidades para seus sujeitos a partir de uma narrativa inventada segundo os seus ditames, pois este artifício permitiu que o seu poder fosse legitimado e a sua soberania garantida por meio da subordinação de seus habitantes.

Acrescente-se a isto, que para fazer valer o seu discurso e manter a sua soberania e obediência dos seus habitantes, a superposição do território domiciliar com a soberania do Estado foram condições essenciais. Este controle consiste, antes de tudo, no poder de exclusão. De acordo com Bauman (2005, p.28), cabia ao Estado a tarefa de

traçar, impor e policiar a fronteira entre “nós” e “eles”. O “pertencimento” teria perdido o seu brilho e o seu poder de sedução, junto com a sua função integradora, disciplinadora, se não fosse constantemente seletivo nem alimentado e revigorado pela ameaça e prática da exclusão.

As identidades foram, portanto, reestruturadas e reestabilizadas, sobretudo sob o controle do Estado-Nação, através da criação da identidade nacional, que garantia o pertencimento a uma comunidade nacional imaginada, também orientada pelo pertencimento à classe social.

1.2.1 A construção nacional das ex-colônias

Esse projeto de construção nacional que originou as nações européias também foi posto em prática nos movimentos que tornaram independentes as suas ex-colônias. Após o período colonial, iniciou-se a construção das narrativas nacionais dos países recém independentes, com seus símbolos e instituições que possibilitaram a construção de uma identidade nacional própria. Como argumenta Memmi, (1920/2007, p.170),

o colonizado conserva os empréstimos e as lições de uma longa coabitação [...] o colonizado reivindica e luta em nome dos próprios valores do colonizador, utiliza suas técnicas e pensamento e seus próprios métodos de combate (é preciso acrescentar que é a única linguagem que o colonizador conhece).

Spolsky (1998) ressalta que esses países recém independentes revelaram, quase sempre, uma tendência a adotar a língua do colonizador, mesmo com toda a carga histórica que esta empreitada implicaria. No momento em que um grupo intenta marcar a diferença, fazer emergir uma nova identidade nacional, é,

principalmente, a língua do colonizador a única que o colonizado parece conhecer, aquela que adquire *status* de língua nacional.

Com relação à língua, no contexto brasileiro, vale salientar que no momento da chegada dos portugueses ao Brasil, existiam cerca de 1200 línguas indígenas. Acrescido a elas, a Metrópole introduziu em solo brasileiro a língua portuguesa, além de outras línguas de origem africana, devido ao tráfico de escravos. Como esclarece Berenblum (2003), durante os dois primeiros séculos de dominação portuguesa, devido ao plurilingüismo inerente ao território brasileiro, utilizou-se uma língua franca, de origem indígena – a língua geral –, por iniciativa jesuítica. Em 1759, no entanto, os jesuítas são expulsos do Brasil e a língua geral é posta de lado. Surgem, a partir de então, as primeiras redes de ensino não jesuíticas e o português passa a ser obrigatório no ensino.

Apesar do evidente plurilingüismo que caracteriza o país, ainda depois do extermínio de muitas línguas indígenas durante a colonização, no momento de independência do Brasil, no qual é posto em marcha o projeto nacional, a obsessão é por fixar uma língua portuguesa em continuidade com Portugal ou uma língua brasileira – um português falado no Brasil. Esquecem-se as demais línguas e no interior das representações construídas pela narrativa nacional, o português passa a ser a língua utilizada em todo o território brasileiro. Instala-se aí o mito de um país monolíngüe (BERENBLUM, op. cit.).

Conforme Cavalcanti (1999) e Maher (2007), existem atualmente no Brasil mais de uma centena de línguas indígenas, a Língua Brasileira de Sinais LIBRAS e dezenas de línguas de imigrantes utilizadas cotidianamente em território brasileiro. Somem-se a isto, as línguas africanas que ainda se fazem presente nos cânticos e orações religiosas em comunidades quilombolas. Apesar disto, o mito de um Brasil monolíngüe instaurado no projeto de construção da nação brasileira permanece vivo nas representações da identidade nacional e estas práticas de significação acabam por marginalizar e discriminar os comportamentos lingüísticos e culturais diferentes do padrão ditado pela cultura nacional.

No que se refere à língua trazida pelos espanhóis para a América Latina, convém salientar que já em 1492, sob o domínio dos reis Fernando e Isabel, a língua castelhana e a religião católica tornavam-se símbolos de uma nação soberana, a Espanha, que trazia no seu bojo a tradição romana expansionista de dominação e imposição linguística e religiosa. A chegada dos espanhóis à América, ainda neste mesmo ano, fruto de seu pioneirismo nas navegações, refletia essa mentalidade: o castelhano que chegou à América “representava um poder preocupado com questões de dominação, fossem elas de cunho religioso, étnico ou lingüístico”. (PARAQUETT, 2006, p. 118).

Quando os espanhóis chegaram ao Novo Mundo, a população indígena local era numerosa, consideravelmente superior à população inteira da Península Ibérica, incluindo, portanto, Espanha e Portugal. Mas essa constatação não impediu que as políticas de imposição lingüística e religiosa se fizessem bem sucedidas, pois, sendo pioneira na dominação de povos, a Espanha sabia como arquitetar muito bem as suas estratégias para lograr êxito.

Conforme aponta Molina (2005, p. 175), foram propósitos da nação espanhola, no novo continente,

incorporar os índios à autoridade real espanhola e convertê-los à religião cristã. Por esta razão, o sistema de contato e relação que se implantou inicialmente com o núcleo da população indígena foi o de realizar uma tarefa de evangelização (...) A Instrução Real de 1503 dispõe que se agrupem os índios em povoados e que em cada um haja igreja e capelão, e que o capelão ensine às crianças, especialmente aos filhos dos caciques, a falar castelhano, ler e escrever.⁷

⁷ “incorporar a los indígenas a la autoridad real española y convertirlos a la religión cristiana. Por esta razón, el sistema de contacto y relación que se implantó inicialmente con el núcleo de la población indígena fue el de realizar una tarea de evangelización. (...) La Instrucción Real de 1503 dispone que se agrupe a los indios en pueblos y que en cada uno haya iglesia y capellán, y que el capellán les enseñe a los niños, especialmente a los hijos de los caciques, a hablar en castellano, a leer y escribir”. Todas as traduções incluídas neste trabalho de dissertação são de minha responsabilidade.

O intento de unificação lingüística e religiosa iniciado pelos Reis Católicos é retomado no século XX, no período totalitário franquista. Como menciona Calvet (2007), apesar de não ser apenas o castelhano a língua da Espanha, a oficialização deste idioma, empreendida pelo General Francisco Franco, acabou por fomentar um forte movimento de resistência das outras línguas do país (o catalão, o galego e o basco), como forma de reprovação do regime totalitário. Assim, as investidas levadas a cabo pelo regime franquista não foram bem sucedidas, pois ainda hoje o castelhano – ou “o espanhol”, como passou a ser, posteriormente, referido – não goza de uma hegemonia sem contestações na própria Espanha: as resistências às representações construídas pela narrativa nacional espanhola mostram-se bem vivas, tanto quanto o intento de representar a Espanha como sendo um país cuja língua e cultura são homogêneas e unificadas.

Se a língua sempre foi companheira do Império, como afirmou Nebrija (1492, apud Paraquett, 2006), não é de se estranhar, quando se considera o poderio econômico espanhol no Brasil,⁸ que seja exatamente este o elemento a ser difundido através das políticas de ensino de espanhol orientadas pela Espanha. Não é por acaso que Graciela Vázquez, autora de livros que orientam o ensino do espanhol como língua estrangeira, ao falar sobre o ensino deste idioma para fins específicos, afirma que o estudante

que deseja cursar uma parte de seus estudos em uma universidade espanhola deverá preparar-se para funcionar temporalmente em uma situação acadêmica monocultural e cumprir com os requisitos que tal situação impõe. Sua competência comunicativa deverá ser orientada para a correta recepção de textos orais [...] e a produção aceitável de textos escritos (VÁZQUEZ, 2005, p. 1129).⁹

⁸ São evidências desse poderio, a recente instalação de empresas e bancos espanhóis de grande porte no Brasil.

⁹ “que desea cursar una parte de sus estudios en una universidad española deberá prepararse para funcionar temporalmente en una situación académica monocultural y cumplir con los requisitos que dicha situación impone. Su competencia comunicativa deberá ampliarse para la correcta recepción de textos orales [...] y la producción aceptable de textos escritos” (VÁZQUEZ, 2005, p. 1129).

Observe-se, em primeiro lugar, que a autora apaga a rica diversidade de línguas e culturas no interior do Estado espanhol ao afirmar que os alunos estrangeiros encontrarão nas universidades daquele país um ambiente *acadêmico monocultural*. No momento em que se assiste a uma virada lingüística e cultural mundial (SILVA, 2007), na qual se acentuam os interesses pelas questões de diversidade e a proliferação de discursos que advogam a visibilidade e o trato para com as diferenças, fruto de um entendimento de um mundo plural, observa-se, ainda, uma forte onda da velha corrente universalista da modernidade, que insiste em ver a língua e cultura como elementos únicos, pautada em um modelo “monocultural”, no qual só cabe uma única forma lingüística elevada à condição de “língua correta”, como coloca a autora.

Como se pode perceber, em meio à situação pós-colonial, desconfortável em consequência do próprio processo de colonização - no qual as “culturas - e as línguas - nativas, deslocadas, senão destruídas pelo colonialismo, não foram inclusivas a ponto de fornecer a base para uma nova cultura nacional ou cívica” (HALL, 2006, p.54) -, as velhas estruturas tão familiares ao colonialismo ainda se mostram presentes, inclusive nas políticas de ensino de espanhol como língua estrangeira.

1.2.2 O colapso da identidade nacional e a crise identitária

O multiculturalismo vem fomentando o surgimento de políticas identitárias desde os anos 80, as quais têm complexificado cada vez mais os espaços sociais. Estas iniciativas empreendidas por movimentos sociais em prol da reafirmação das diversas identidades de etnias, de gênero e outras, traduzem a insatisfação de grupos sufocados no interior dos Estados-Nação, e são, na verdade, lutas por afirmação das identidades de grupos culturais oprimidos e marginalizados. Neste momento, celebra-se a diferença e a identidade torna-se uma bandeira, um elemento de mobilização política.

O século XX assistiu, assim, à fragmentação das paisagens culturais fomentadas por novos movimentos sociais em prol de identidades deixadas à margem. Como afirma Bauman (2005, p.42), uma vez que

a classe não mais oferecia um seguro para reivindicações discrepantes e difusas, o descontentamento social dissolveu-se num número indefinido de grupos e categorias, cada qual procurando sua própria âncora social. [...] Cada um deles, porém, tinha uma luta para rivalizar com os poderes integradores da classe que um dia aspirou ao status de uma “metaidentidade” em paridade com aquela proclamada pelo Estado-Nação: o status de uma supra-identidade, a mais geral, volumosa e onívora de todas, a identidade que emprestaria significado a todas as outras e as reduziria ao papel secundário e dependente de “exemplos” ou “casos especiais”. Todas elas comportavam-se como se estivessem sozinhas em campanha, tratando as concorrentes como falsas aspirantes.

Esses movimentos surgiram como reflexo das mudanças históricas e sociais. As lealdades tradicionais, baseadas no conceito de classe social foram dissolvidas em decorrência das transformações no mercado de trabalho e nos padrões de emprego que provocam também a mutação das relações familiares. Mudadas as lealdades tradicionais políticas, emergem as políticas de identidade e as concepções de escolha de “estilos de vida”. Nesse novo contexto, de acordo com Woodward (2007, p.31), há

mudanças também nas práticas de trabalho e na produção de bens e serviços. É igualmente notável a emergência de novos padrões de vida doméstica, o que é indicado pelo crescente número de lares chefiados por pais solteiros ou por mães solteiras bem como pelas taxas de divórcio. As identidades sexuais também estão mudando, tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações.

A globalização que promoveu a transnacionalização da vida econômica e cultural tirou das mãos do Estado os direitos econômicos, solapando irreversivelmente a sua força, enfraquecendo e limitando os seus direitos políticos e as suas pretensões homogeneizantes. A globalização, nas palavras de Bauman (2005, p. 34), “significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação”. As filiações às antigas identidades nacionais assim, enfraqueceram de igual modo.

As transformações atuais “estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (HALL, 2006, p. 09). É o colapso das estruturas tradicionais, portanto, que desestabiliza as identidades e fomenta um duplo deslocamento do sujeito - tanto de si mesmo, quanto do seu lugar na esfera social e cultural. Esse duplo deslocamento inaugura assim, uma *crise identitária*.

As discussões sobre identidade se fazem, assim, cada vez mais presentes, de maneira a se constituir em um tema central nos debates acadêmicos. A proliferação de estudos concernentes a esta temática revela ainda, a complexidade em torno desta questão, dada a também complexa realidade na qual ela emerge.

Como mencionei na primeira seção deste capítulo, a representação de acordo com os Estudos Culturais, e que embasa este trabalho, está fundamentada na premissa de que as práticas discursivas constroem a própria realidade e estas práticas, socialmente construídas, são permeadas por relações de poder. As identidades são, pois, afirmadas num campo de batalha por criação e imposição de significados, num jogo político. Como argumenta Silva (2006, p.48), compreende-se que

a identidade é política, que a representação é política, os diferentes grupos sociais e culturais definidos por meio de uma variedade de dimensões (classe, “raça”, sexualidade, gênero, etc.), reivindicam seu direito à representação e à identidade.

Nas palavras de Semprini (1999, p. 121), quando

o poder de configuração da dinâmica social deixa o universo econômico-político tradicional e se desloca para a dimensão cultural, os símbolos e valores transformam-se em seus principais vetores. As “guerras culturais” podem ser, então, compreendidas como um conflito para preservar ou conquistar o controle das representações e significações, como uma luta para modificar as relações de força semiótica, como uma guerra para determinar as condições de produção, de circulação e de distribuição dos discursos sociais.

É importante acrescentar ao que venho argumentando que a identidade é relacional - ela depende de algo que está fora dela para existir. Sou brasileira na medida em que não sou venezuelana, não sou peruana, tampouco colombiana. A minha identidade se distingue por aquilo que ela não é, mas que depende exatamente dessa marcação da diferença para existir. Só existo porque existe o outro que é diferente de mim e que, portanto, não pode ser eu.

Mas não é qualquer diferença que é marcada para que a identificação seja sustentada e tampouco esse traço distintivo é imutável e inalterável; ele é circunstancial, varia de acordo com o que é interessante para um determinado indivíduo ou grupo, num determinado contexto, para enunciar-se a si mesmo. Cuche (2002), ancorado nas idéias de Barth (1969), afirma que o importante para que a identidade de um grupo seja definida, “não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural”. Ainda segundo Cuche (op. cit., p. 200),

o que separa dois grupos etno-culturais não é em princípio a diferença cultural [...] Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a separação, a “fronteira”, é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica.

Não existem laços naturais de pertencimento que façam com que diferentes indivíduos formem comunidades de pertença - as condições sociais que possibilitam esta conexão entre indivíduos de um mesmo grupo, são constantemente construídas no interior da representação, através do discurso, através da linguagem. Segundo Silva (2006, p.47),

aquilo que o grupo tem em comum é resultado de um processo de criação de símbolos, de imagens, de memórias, de narrativas, de mitos que “cimentam” a unidade de um grupo, que definem a sua identidade [...] esta comunidade imaginada é construída por meio de variadas formas de representação.

As identidades, constantemente construídas no interior das práticas discursivas, são sustentadas pela exclusão: na medida em que assumo uma determinada identidade, estabeleço fronteiras bem definidas entre mim e o outro, entre “nós” e “eles” (SILVA, op. cit.).

A diferença é, assim, produzida por meio de oposições binárias – homem/mulher; branco/índio. Ela é afirmada por meio da repressão daquilo que exclui, estabelecendo uma hierarquia entre os termos que constituem o binarismo, num desequilíbrio de poder. O pólo valorizado é sempre assimilado como a norma, enquanto o “outro” é visto como desviante (DERRIDA, 1976, apud HALL, 2007; CIROUS, 1980, apud WOODWARD, 2007).

Dado o contexto em que estamos inseridos, no qual se assiste à proliferação de novas identidades em decorrência da fragmentação das paisagens sociais, Bauman (2005) afirma que na atualidade, as sociedades são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” - isto é, identidades – para os indivíduos.

Mas ao participar dessas diferentes divisões e antagonismos sociais, exercemos nossas escolhas mediante variados graus de autonomia. Como argumenta Woodward (2007, p.30-31),

somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, de forma diferente em cada um desses contextos. Em certo sentido, somos posicionados – e também nos posicionamos a nós mesmos – de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos inseridos. [...] Existe, em suma, na vida moderna, uma diversidade de posições que estão disponíveis – posições que podemos ocupar ou não.

Dentre as inúmeras posições que estão dispostas ao nosso redor, nos apropriamos de algumas para nos identificarmos a nós mesmos, enquanto outras posições nos são impostas pelos outros. O poder de auto-identificação, de nos posicionarmos a nós mesmos, tem uma estreita relação com o grupo com o qual estamos interagindo, tem maior ou menor grau de legitimidade, dependendo do jogo de forças simbólicas atuantes no contexto. É preciso estar alerta para defender constantemente a auto-identidade em relação à identidade que não se quer – aquela imposta pelos outros. Quando se trata de escolhas culturais, as diferenças e os antagonismos sobressaem apagando a unidade, “a tarefa de construir uma identidade própria, torná-la coerente e submetê-la à aprovação pública exige atenção vitalícia, vigilância constante” (BAUMAN, 2005, p.89).

Para Bauman (op. cit., p.83), no momento em que se celebra a diferença e a identidade torna-se uma bandeira, um elemento de mobilização política,

é o grupo [marginalizado] que volta o gume contra um grupo maior, acusando-o de querer devorá-lo ou destruí-lo, de ter a intenção de viciosa ou ignóbil de apagar a diferença de um grupo menor, forçá-lo ou induzi-lo a se render ao seu próprio “ego coletivo”, perder prestígio, dissolver-se... [...] a “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta defensiva.

O perigo da celebração da singularidade destes grupos reside no fato de que freqüentemente tendem a se traduzir em uma essencialização das identidades. Quando isto ocorre, abandona-se uma identidade negada e desacreditada para se apropriar de um modelo identitário homogêneo, tal qual a representação construída da identidade dominante. Este procedimento acaba por prender o indivíduo do grupo minoritário em um modelo no qual esse deve se reconhecer, sob pena de ser visto como traidor. Como consequência, há o apagamento das outras identidades sociais, bem como da própria individualidade do sujeito (CUCHE, 2002).

As identidades são fluidas, cambiantes, estão pautadas em diferenças que são históricas e circunstanciais (BAUMAN, 2005; CUCHE, 2002; HALL, 2006; 2007; WOODWARD, 2007). Querer considerá-la como essência impede a compreensão de fenômenos identitários mistos, tais quais os observados nos complexos contextos multiculturais e plurilingues.

Cuche critica as análises que sugerem que estas identidades constituem uma dupla identidade, a qual constrói indivíduos divididos. Nas palavras de Cuche (2002, p.193), essa

representação nitidamente desqualificante vem da incapacidade de pensar o misto cultural. Ela é explicada também pelo medo obsessivo de uma dupla lealdade que é vinculada pela ideologia nacional. Na realidade, como cada um faz a partir de suas diversas vinculações sociais [...], o indivíduo que faz parte de várias culturas fabrica sua própria identidade fazendo uma síntese original a partir destes diferentes materiais. O resultado é, então, uma identidade sincrética.

Em geral, a “dupla identidade” torna-se problemática quando os pólos de referência são equivalentes. No contexto de fronteiras entre países, o qual é formado por identidades nacionais múltiplas, isto pode caracterizar-se como um problema, pois, como alerta Bauman (2005), a identidade nacional fincada pelo Estado-Nação sempre exigiu adesão incondicional e fidelidade exclusiva. Cuche (2002) acrescenta que, na realidade, a equivalência destes pólos de referência é,

na maioria das vezes, fictícia, uma vez que estes elementos são inerentes a grupos que não são análogos, dadas as relações simbólicas de poder presentes na interação social.

Ainda segundo Cuche (op. cit.), a identidade presta-se a manipulações. Nestes casos, ela é utilizada como um meio para atingir certos objetivos. É evidente que estas estratégias identitárias também são dependentes do contexto social, das relações simbólicas de poder envolvidas, bem como de manobras alheias, no entanto, o sujeito é capaz de certas estratégias de manobra. A utilização da língua, por exemplo, muitas vezes é posta como um instrumento das estratégias identitárias.

1.3 Conflitos sociolingüísticos e identitários em fronteira

O estudo de pessoas vivendo em fronteiras nacionais e regionais constituem ainda um campo de estudo recente, o qual tem trazido grande contribuição, abordando questões que são centrais nos debates sobre a pós-modernidade, na teoria social e nos Estudos Culturais. Essas questões incluem o estudo da cultura, da língua, do multiculturalismo e a constituição de identidades em regiões de fronteiras, ressaltando o fator político na construção destas identidades, a construção das narrativas nacionais e o papel do Estado neste processo. Apesar da relevância do tema, uma revisão da literatura acadêmica brasileira revela, até onde é de meu conhecimento, a existência de pouquíssimos trabalhos a esse respeito.

Em um estudo realizado na região comercial da fronteira Brasil Venezuela, nas cidades de Pacaraima/Brasil e *Santa Elena de Uairén/Venezuela*, Amorim (2007) observou as interações travadas entre comerciantes brasileiros escolarizados, sem instrução formal de língua espanhola, e clientes venezuelanos. Descrevendo e analisando um *corpus* constituído por essas interações orais, a autora objetivou construir conhecimentos sobre o fenômeno lingüístico observado na fronteira, bem como contribuir com uma análise macro sociolingüística desta

região. Amorim (op. cit.), em considerações ainda parciais de seu estudo, afirma que o fenômeno lingüístico em pauta, denominado *portunhol* pelos próprios falantes, nada mais é do que a alternância de código lingüístico, usado de maneira estratégica, para tornar cômoda a comunicação nesta região comercial fronteiriça.

Refletindo sobre as representações construídas sobre as identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu, na fronteira Brasil/Paraguai, R. Silva (2008) observa que os cidadãos não-árabes desse município, isto é, a sociedade hospedeira, agrupa, de forma difusa, todos esses imigrantes em uma única “identidade árabe”, ignorando a heterogeneidade que compõe tal grupo. Essa identidade é, segundo a autora, constantemente reordenada, o que permite que a sociedade hospedeira, ora inclua seus membros em práticas cidadãs locais, ora os exclua das mesmas.

Ainda em estudos sobre identidades na fronteira Brasil/Paraguai, Pires Santos (2004) foca os alunos “brasiguaios”, filhos de brasileiros que retornaram do Paraguai para o Brasil, um grupo de imigrantes que é fortemente estigmatizado pelas representações que a escola e o entorno social constroem com o intuito de legitimar identidades homogêneas. Para fugir do desprestígio que lhes impõem essas representações, esses alunos procuram se diluir no meio escolar em busca de uma invisibilização, mas as suas produções escritas ou mesmo as leituras em voz alta na sala de aula os põe em foco, tornando-os novamente vítimas do estigma que tanto tentam suprimir.

As fronteiras são espaços complexos e conflituosos, locais onde opera significativamente o poder do Estado, o qual ainda contribui fortemente para construir representações homogêneas da identidade. As reivindicações identitárias, os (re)ordenamentos ou mesmo as estratégias em busca de invisibilização de identidades também se fazem presente nas áreas fronteiriças justamente porque estes contextos são inerentemente multiculturais e plurilíngües, mas as representações identitárias nas fronteiras ainda são regidas pelas velhas estruturas da modernidade - território, governo, Estado. (WILSON, 2004, apud CUNNINGHAM e HEYMAN, 2004).

Como mencionam Cunningham e Heyman (op. cit.), as fronteiras são, ao mesmo tempo, espaços de mobilidade e contenção. Nestes contextos, evidenciam-se muito fortemente as guerras culturais em torno da representação.

CAPÍTULO 2

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo apresento algumas considerações epistemológicas e metodológicas que orientaram a pesquisa aqui relatada. Em seguida, descrevo as etapas que a constituíram, bem como os participantes da investigação e o contexto no qual esta se desenrolou: a cidade de Pacaraima e seu comércio. Por fim, descrevo os procedimentos que orientaram a geração de dados.

2.1 O paradigma epistemológico/metodológico adotado

Fazer pesquisa em consonância com a epistemologia positivista da modernidade era entender a atividade científica pautada em uma suposta objetividade e neutralidade do pesquisador. A este cabia a tarefa de descobrir e descrever o mundo através de teorizações que, validadas por um método científico, afugentavam quaisquer contestações.

A Linguística Aplicada, orientada por esta tradição moderna, surgiu como uma subárea da Linguística e tinha como objetivo a aplicação de teorias linguísticas a contextos de ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Uma vez que as teorias científicas eram consideradas irrefutáveis e conclusivas, não se atentava para o meio a fim de que este possibilitasse reflexões sobre a teoria. As pesquisas em Linguística Aplicada, assim, desconsideravam e negligenciavam outros fatores (sociais, antropológicos, etc.) envolvidos no processo de ensinar e aprender línguas em sala de aula, como se as teorias lingüísticas, por si só, dessem conta de tratar este complexo contexto.

A suposta objetividade e neutralidade adotada frente às práticas de pesquisa em Linguística Aplicada afastavam o próprio pesquisador do contexto, que descompromissado com qualquer engajamento social e político, não

estabelecia diálogo algum com o meio pesquisado. O sujeito de pesquisa não tinha voz, era objeto, não se considerava sua história, sua classe social, sua cultura, seu gênero, etc.

Muito embora esta vertente da Linguística Aplicada, que Moita Lopes (2006a) denominou, ironicamente, “normal”, ainda exista, as transformações que entraram em marcha na chamada pós-modernidade, que acabaram por abalar as estruturas sobre as quais se sustentaram as “verdades” da modernidade, inauguraram novas formas de interpretar o mundo, uma nova epistemologia para a ciência e, conseqüentemente, novas formas de fazer Linguística Aplicada.

A pesquisa que descrevo neste trabalho tenta ser coerente com esta nova vertente da Linguística Aplicada, chamada de pós-moderna. Compreende-se, em concordância com o conceito de representação do qual tratei no capítulo anterior, que a teoria nada mais é do que uma representação, uma visão de mundo construída pelo pesquisador e, portanto, impregnada de subjetividade. Uma vez que entendemos que a representação consiste em um constante (re)significar, as inteligibilidades que construímos a respeito do mundo são contextuais, historicamente situadas, provisórias.

A ciência, como quaisquer outras formas de saber humano, é falível; as suas teorias não passam de construções discursivas. Se ainda há credibilidade no conhecimento científico, mais do que em outras formas de saber, isto se deve à velha tradição positivista, que investiu no trabalho de dogmatizar a ciência, em consonância com um ideal de racionalidade que a legitimava (SANTOS, 1989). O saber científico, como outras formas de conhecimento, reflete as condições materiais de um dado momento histórico, que tenta explicar racionalmente a natureza. Entretanto, é importante salientar que o próprio sentido de racionalidade é contextual e histórico, e, portanto, mutável. Para Hughes (1983, p.112),

os sistemas de conhecimento justificam-se internamente contendo suas próprias ontologias, epistemologias e padrões de racionalidade que, de certa forma, fornecem formas e leis de maneira reflexiva a seus respectivos objetos de conhecimento.

Nisto, a ciência não é diferente. Trata-se simplesmente de outro modo de ver o mundo e, portanto, a ciência não pode pretender uma superioridade absoluta sobre outras modalidades de conhecimento.

Em consonância com este novo paradigma, no qual as teorias científicas colocam-se, não como captura do real, mas sim, como uma forma, dentre outras, de se criar inteligibilidades para o mundo, Moita Lopes (2006a, p.21) ressalta que nesta prática de se fazer Linguística Aplicada, não se afirma que

estamos diante de uma nova verdade, mas sim de alternativas para a pesquisa em nosso campo [na Linguística Aplicada pós-moderna], que refletem visões de mundo, ideologias, valores, etc. de seus proponentes e que, claro, como outras, têm suas limitações e são contingentes.

Entende-se hoje, que a Linguística Aplicada tem como objetivo problematizar e criar inteligibilidades sobre questões de uso da linguagem no mundo contemporâneo, não apenas em salas de aula de língua estrangeira. Ela adentra, assim, uma gama de contextos outros onde a linguagem está em uso, desempenhando o seu papel de produtora de sentidos: como salienta Fabrício (2006, p.48), “ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva”.

Não há, pois, como sustentar o fosso outrora criado entre linguagem, cultura e sociedade. Há “um vínculo indissociável entre linguagem, produção de sentidos, contexto, comportamento social e atividades humanas, o que aponta para o entrelaçamento entre culturas, práticas discursivas, conhecimento e visão de mundo” (FABRÍCIO, op. cit, p. 57).

Também é impossível estabelecer fronteiras teóricas que delimitem o campo de atuação das reflexões do linguista aplicado, pois estas são considerações sobre o contexto social. As fronteiras teóricas não mais se sustentam, são apenas construções abstratas, não constituintes da realidade (PENNYCOOK, 2006; BORGES NETO, 2004). Como ressalta Moita Lopes

(2006b, p. 99), é inerente à Linguística Aplicada o hibridismo teórico-metodológico, a INdisciplinaridade:

Está ocorrendo na produção do conhecimento a compreensão de que uma única disciplina ou área de investigação não pode dar conta de um mundo fluido e globalizado para alguns, localizado para outros, e contingente, complexo e contraditório para todos.

Para Pennycook (2006, p.76), a Linguística Aplicada é ainda transgressiva, visto que é intrínseca a ela a prática de

atravessar fronteiras e quebrar regras em uma posição reflexiva sobre o quê e por que atravessa; é pensada em movimento em vez de considerar o que veio antes do momento da posição teórica 'pós'; articula-se para a ação na direção da mudança.

Refletir sobre as práticas de linguagem nos moldes dessa vertente da Linguística Aplicada INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006b) ou transgressiva (PENNYCOOK, op. cit), é entender a realidade como híbrida e sempre em movimento, na qual não cabem aprisionamentos teóricos para se pensar em construir inteligibilidades para os contextos de uso da linguagem. É compreender ainda, que as práticas discursivas inerentes a estes contextos (re)constroem a todo momento nossa língua, nossos conceitos, nossa cultura e a nós mesmos (RAJAGOPALAN 2003, 2004; FABRÍCIO, 2006; GRIGOLETTO, 2006; CÉSAR e CAVALCANTI, 2007; MAHER, 2007, e muitos outros).

A cultura, e a própria teoria científica, são práticas de significação, construtoras da realidade, formadoras do próprio pesquisador. Uma vez posta a compreensão de que o cientista é, ao mesmo tempo, sujeito epistemológico e empírico (SANTOS, 1989), é um ser constituído pela sua cultura e revestido pela epistemologia da qual se apropria para fazer ciência, não se pode admitir, a partir desta mesma epistemologia, uma suposta neutralidade e objetividade por parte do cientista. Pennycook (2006, p. 79), apoiando-se em Bourdieu (1991), ressalta que

“o capital cultural não é algo que vestimos e tiramos, mas algo que está profundamente relacionado com o modo como agimos”.

O conhecimento científico que produzimos vem de algum lugar, está inevitavelmente revestido por aquilo que somos e por isso mesmo, orienta as nossas ações nas práticas de pesquisa. Assim, politizar “o ato de pesquisar e pensar alternativas para a vida social são parte intrínseca dos novos modos de teorizar e fazer LA [Linguística Aplicada]” (MOITA LOPES, 2006a, p.22).

Cabe aqui reproduzir o questionamento de Rajagopalan (2006, p. 159):

é possível – ou, recomendável, no caso de a resposta a essa pergunta ser um ‘sim’ – não nos aproximar dos nossos sujeitos de pesquisa, sobretudo quando nossa meta é atuar no campo da(s) prática(s) que envolve(m) o uso da linguagem?

É possível, pergunto eu, pensar em questões sociais que envolvem a linguagem em uso, a fim de gerar conhecimentos que sejam significativos para tratar estes contextos, negligenciando os atravessamentos identitários e as formas de ver e pensar o mundo dos próprios sujeitos de pesquisa? Refletir sobre um contexto social sem levar em consideração os próprios atores sociais é aprisioná-los em um projeto identitário que não lhes é familiar, é representá-los através de uma verdade - o discurso científico, carregado de prestígio e legitimidade - que não lhes é própria, é ditar o que eles são, em vez de ouvi-los, muito embora sejam estes os principais interessados nos problemas sociais com os quais convivem. Como ressalta Moita Lopes (2006a, p. 23), para se fazer pesquisa em Linguística Aplicada,

são necessárias teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem, como também desenhos de pesquisa que considerem diretamente os interesses daqueles que trabalham, agem, etc. no contexto de aplicação.

É imperativo, portanto, visando transformações sociais, levar em consideração o contexto nas teorizações, a fim de que estas não se constituam como alheias à realidade do meio social e dos sujeitos sociais. Para Rajagopalan (2006, p. 159), está claro que “uma teoria capaz de instruir a prática é teoria feita levando-se em conta as condições práticas das situações concretas em que se espera a teoria seja aproveitada.”

A ciência, como construtora e divulgadora de conhecimento, das “verdades” que contam o mundo e instauram possibilidades de nele existir, influencia significativamente o meio social, exercendo poder sobre ele. O saber científico contribui “para a constituição da vida social e para a geração de sistemas de redes de forças interdependentes” (FABRÍCIO, 2006, p. 55). A prática de pesquisa divorciada de seu contexto de atuação e isenta de responsabilidade social dos conhecimentos que produz, contribui para perpetuar o apagamento de vozes minoritárias e para a legitimação de discursos hegemônicos.

Em virtude disto, César e Cavalcanti (2007), alertam que as pesquisas em Linguística Aplicada devem atentar para a reflexão sobre as práticas sociais e discursivas na tentativa de resgatar as vozes silenciadas, a fim de fazer uma leitura de uma realidade infinitamente heterogênea, cambiando velhos conceitos linguísticos que sugerem a idéia de um mundo estático e estável, nos quais perpetuam apenas as falas hegemônicas. É preciso exatamente desconstruir estas falas, problematizar, desestabilizar estes significados cristalizados no contexto. Para Moita Lopes (2006a, p.27) este procedimento nas práticas de pesquisa

parece essencial, uma vez que tais vozes podem não só apresentar alternativas para entender o mundo contemporâneo como também colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica em um mundo globalizado, ao mesmo tempo em que redescreve a vida social e as formas de conhecê-la.

Em conformidade com este novo paradigma epistemológico, a Linguística Aplicada, bem como outras áreas que enfocam os contextos sociais, tem desenvolvido cada vez mais desenhos de pesquisa de natureza interpretativista (ou qualitativa) - como a que descrevo neste trabalho -, visto que este tipo de investigação possibilita ver o contexto social e os significados que os caracterizam como construídos pelos atores sociais, que os interpretam e re-interpretam, em uma construção de realidades múltiplas e provisórias.

A prática de pesquisa interpretativista, portanto, não desconsidera os sujeitos envolvidos no contexto social. Como afirma Moita Lopes (1994, p.331), nas investigações desta natureza “não é possível ignorar a visão dos participantes do mundo social caso se pretenda investigá-lo, já que é esta que o determina: o mundo social é tomado como existindo na dependência do homem”.

Pesquisas de natureza qualitativa envolvem, como assinalam Denzin e Lincoln (2006, p. 17)

uma abordagem naturalista, interpretativa para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Os pesquisadores interpretativistas entendem que o acesso aos dados, a forma de produção de conhecimentos, é viabilizada de maneira indireta: a partir das interpretações dos múltiplos significados sociais que constituem o próprio meio investigado. Esta pluralidade de construções semânticas é, ainda, passível apenas de interpretação. São os significados múltiplos que enredam o elemento que interessa particularmente ao pesquisador; é o fator qualitativo que é ressaltado. O conhecimento é então produzido a partir da intersubjetividade. Conforme assinala Moita Lopes (1994, p.332), “é justamente esta intersubjetividade que possibilita chegarmos mais próximo da realidade que é construída pelos atores sociais”.

A pesquisa qualitativa é uma prática situada que põe o próprio pesquisador, enquanto participante, visível no contexto de pesquisa. Os conhecimentos por ele produzidos a partir de significações dos sujeitos sociais estão impregnados de subjetividades do próprio cientista (LUDKE e ANDRÉ, 1986). O que se constrói como saber científico consiste, na verdade, de conhecimentos intersubjetivos nos quais estão enredadas também as representações de quem investiga o contexto. Considerando que o trabalho interpretativo objetiva construir entendimentos para as representações dos atores sociais, os saberes construídos são, em última instância, interpretações de interpretações. Como ressalta Moita Lopes (1994, p.333), representa-se, assim, “a operação científica como sendo intrinsecamente subjetiva, já que é entendida como um modo particular de organizar a experiência humana por meio do discurso, sendo, portanto, uma construção social”.

A investigação social de natureza qualitativa é, de fato, uma atividade prática,

e não simplesmente um modo de saber. Compreender o que os outros estão fazendo ou dizendo e dar forma pública a esse conhecimento envolve compromissos morais e políticos. As questões morais nascem do fato de que uma teoria de conhecimento é amparada por uma determinada visão da atividade humana (SCHWANDT, 2006, p.206).

Os registros de dados na pesquisa interpretativista são possibilitados através de instrumentos tais como notas de campo, entrevistas (sobretudo as semi-estruturadas), conversas informais, gravações de vídeo, etc. Conforme apontam Denzin e Lincoln (2006), cada instrumento garante uma visibilidade diferente do contexto de investigação. Assim, comumente há um comprometimento no sentido de dispor de mais de um instrumento na atividade de pesquisa, a fim de que os entrelaçamentos destes dispositivos viabilizem a triangulação dos dados registrados. Essa triangulação

reflete uma tentativa de assegurar uma compreensão em profundidade do fenômeno em questão. A realidade objetiva nunca pode ser captada. Podemos conhecer algo apenas por meio de suas representações. A triangulação não é uma ferramenta ou estratégia de validação, mas uma alternativa para a validação (FLICK, 1998, apud. DENZIN e LINCOLN, op. cit., p. 230).

O pesquisador interpretativista, assim, talvez possa ser visto como um *bricoleur* que, nas palavras de Denzin e Lincoln (op. cit., p. 18), significa entender quem faz pesquisa desta natureza como

um indivíduo que confecciona colchas, ou, como na produção de filmes, uma pessoa que reúne imagens transformando-as em montagens [...] O *bricoleur* interpretativo produz uma *bricolage* – ou seja, um conjunto de representações que reúne peças montadas que se encaixam nas especificidades de uma situação complexa.

O tipo de pesquisa interpretativista que relato nesta dissertação é de cunho etnográfico: embora utilize técnicas da etnografia, sobretudo nos procedimentos de geração de registros, a análise de dados é orientada de maneira a considerar teorias de várias disciplinas, visto que a vertente da Linguística Aplicada que embasa este trabalho, sendo INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006a) e transgressiva (PENNYCOK, 2006), admite o hibridismo teórico e metodológico nas práticas de pesquisa.¹⁰

A investigação etnográfica, oriunda da antropologia, compreende o estudo do meio social pela observação direta das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas. Interessa ao etnógrafo interpretar e descrever os significados que os atores sociais atribuem ao seu contexto (ERICKSON, 1989; MOITA LOPES, 2004; CHIZZOTTI, 2006).

¹⁰ Muitos linguistas aplicados, Pires Santos (2004) e Cavalcanti (2006), por exemplo, também preferem não caracterizar a sua prática de pesquisa como etnográfica, admitindo, no entanto, que fazem uso de procedimentos da etnografia na geração de registros.

No trabalho de etnografia, o pesquisador insere-se no campo a fim de se tornar parte dele, de se acomodar, experimentando a vida no meio social como o fazem os próprios sujeitos que o constituem. O objetivo é aproximar ao máximo a sua experiência de vida à dos atores sociais, para poder olhar o mundo não com as mesmas lentes destes sujeitos, mas pelo menos com um grau mais aproximado. A partir de então, faz-se o movimento inverso, de distanciamento da própria experiência vivida, estranhando o contexto, observando-o “de fora”, a fim de olhar, de maneira reflexiva, para os sujeitos de pesquisa e para si mesmo, como sujeito participante do meio. A atividade etnográfica possibilita, assim, a reflexão sobre os atores sociais e sobre a própria prática investigativa do pesquisador (ERICKSON, 1989).

2.2 Etapas da pesquisa

A pesquisa relatada neste trabalho desenvolveu-se em três etapas.

Na primeira fase, tratei de construir um arcabouço teórico - que contemplou incursões pela Lingüística Aplicada, pelos Estudos Culturais, pela Sociologia e pela Antropologia - de maneira a considerar teoricamente as questões de interesse da investigação em pauta.

A segunda etapa consistiu-se de um trabalho de campo, durante quatro meses, momento em que foram gerados os dados desta pesquisa.

No último passo de desenvolvimento investigativo, ocupei-me em analisar os dados gerados, bem como descrever o trabalho de investigação.

2.3 O contexto de pesquisa e seus participantes

Nesta seção, discorrerei, inicialmente, sobre os sujeitos que participaram da pesquisa, já que, posteriormente, lançarei mão de algumas de suas falas para que o leitor possa melhor imaginar o contexto no qual os dados para a pesquisa em questão foram gerados.

2.3.1 Os participantes da pesquisa

No mês de março de 2009, entrevistei 21 comerciantes do distrito comercial de Pacaraima, Roraima, que se dispuseram a fazer parte do estudo aqui focalizado.¹¹ Foram entrevistados 09 mulheres e 11 homens, todos eles trabalhadores de estabelecimentos comerciais vários da cidade. Dentre os entrevistados, 16 eram cidadãos brasileiros de diferentes procedências do país, 02 eram peruanos e 02 tinham dupla nacionalidade (brasileira e venezuelana). O tempo de residência dos entrevistados em Pacaraima variou de 04 a 30 anos. Os nomes reais dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios de modo a assegurar o seu anonimato.

No quadro que segue, apresento de forma resumida informações sobre os participantes das entrevistas.¹²

OS PARTICIPANTES DA PESQUISAS				
NOME	ORIGEM	NACIONALIDADE	TEMPO EM PACARAIMA	EMPREENHIMENTO COMERCIAL
CARMEN	não informada	peruana	05 anos	artesanato
IRACI	Fortaleza	brasileira	15 anos	mercado
LÉIA	Fortaleza	brasileira	04 anos	artesanato, ótica e jóias
ESTEBAN	não informada	peruana	10 anos	artesanato, miudezas
HELEN	Pará	brasileira	05 anos	artesanato
JAIR	Goiás	brasileira/venezuelana	10 anos	pedras artesanais
JOSÉ	Maranhão	brasileira	12 anos	artesanato

¹¹ O processo de geração de dados será explicitado mais adiante na seção 3.4 deste capítulo.

¹² Considerando que foram muitos os entrevistados, sempre que pertinente algumas dessas informações serão retomadas para que o leitor possa situar o sujeito da pesquisa em questão. Também é importante deixar claro que sempre que recupero algumas destas informações, utilizo o verbo no presente, embora esteja me referindo à época da geração de dados.

LEONARDO	Pará	brasileira	12 anos	loja de redes
MÁRIO	Maranhão	brasileira	08 anos	miudezas e confecções
MARISTELA	Amazonas	brasileira	08 anos	confecções
MATILDE	Piauí	brasileira	13 anos	confecções
NEIDE	Amazonas	brasileira	30 anos	pousada
PEDRO	Rio Grande do Sul	brasileiro	19 anos	gêneros alimentícios (prod. orgânicos)
RIBAMAR	Roraima	brasileira	05 anos	açougue
ROGÉRIO	Maranhão	brasileira	04 anos	artesanato, ótica e jóias
ROSA	Rio Grande do Sul	brasileiro	19 anos	gêneros alimentícios (prod. orgânicos)
JULIANO	Paraíba	brasileira	08 anos	loja de redes e confecções
OTÁVIO	Minas Gerais	brasileira	19 anos	papelaria
SANDOVAL	não informada	brasileira	10 anos	açougue
SOCORRO	Maranhão	brasileira	12 anos	confecções
VALTER	Maranhão	brasileira/venezuelana	12 anos	gêneros alimentícios (frutas/verduras)

2.3.2 O comércio de Pacaraima: representações sobre os seus primórdios

Pacaraima é a porta norte de entrada rodoviária do Brasil, pela BR 174, a qual corta Roraima, de norte a sul, unindo-se ao estado do Amazonas. O município limita-se ao norte com a Venezuela, ao sul, com os municípios de Boa Vista e Amajari, ao leste, com os municípios de Normandia e Uiramutã e a oeste, com o município de Amajari.

A cidade formou-se inicialmente como uma vila, BV-8, pertencente ao município de Boa Vista. Seus primeiros habitantes, muitos dos quais ainda continuam vivendo na cidade, chegaram à região após a construção da BR 174 e

a criação do 3º Pelotão Especial de Fronteira, que viabilizou a migração populacional para os limites fronteiriços com a Venezuela.

Era a época do garimpo nas terras brasileiras e na Venezuela, o que impulsionava a economia e propiciava a atividade comercial. Foi, aliás, o comércio pensado para os consumidores do país vizinho, favorecidos pelo valor de sua moeda, o Bolívar, a mola propulsora que possibilitou a fixação dos brasileiros na região. O comércio turístico veio representar, para os brasileiros que ali se estabeleceram, um meio de ganhar a vida e, ainda hoje, é a principal atividade da cidade.

Neide, comerciante natural do estado do Amazonas que veio para a região com seu marido, garimpeiro já falecido, e está na cidade de Pacaraima desde 1979, relembra os primeiros tempos do comércio¹³:

Excerto 1

P.:	Como era o comércio quando a senhora chegou aqui?
Neide:	Ah, muito bom.
P.:	Era?
Neide:	Muito bom. Nessa época, quando eu cheguei aqui, a maior nota do Bolívar era cem Bolívar... essas mina da Venezuela tudo funcionava, muito garimpeiro, muito ouro, muito bom.

Com a atividade comercial bem sucedida, a cidade crescia e se desenvolvia rapidamente e os primeiros comerciantes que ali se estabeleceram, foram também os primeiros a formar a cidade, construindo casas e lojas comerciais.

Socorro, maranhense que vive em Pacaraima há 12 anos, e Maristela, natural do estado do Amazonas, moradora da cidade há 08 anos, falam sobre o êxito dos primeiros comerciantes, e moradores, da cidade:

¹³ As convenções utilizadas nas transcrições estão explicitadas na seção 3.4 deste capítulo.

Excerto 2

Maristela:	As pessoa que chegaram aqui primeiro que nós, num ficava rico quem não quisesse... tanto que ela ((Socorro)) conseguiu comprar dois carros, tu ta entendendo?
P.:	Humhum
Maristela:	Tu botava um paninho por cima do chão... / porque... era assim.
Socorro:	Era. Na minha época...
Maristela:	E eu não peguei essa época.
Socorro:	Quem num chegou aqui com nada, na minha época, quem não conseguiu nada, eu acho que era só/foi porque não quis, porque quem não conseguiu um carro, uma casa..., isso daí, né? Eu cheguei aqui, né? sem nada... hoje a gente tem um carro, né? Já tenho minha casa também própria, né? Tenho meus terreno ainda... [...] E a minha época já não era tão boa.

Carmen, comerciante peruana que mora em Pacaraima há 07 anos, conhece a história dos tempos bem sucedidos da atividade comercial na região:¹⁴

Excerto 3

Carmen:	Mucha gente vendía en un día un millón, era como aquí tres mil reales. Imagínate, un millón diario, hazlo tres mil reales, pero claro, la gente compró terreno, como en ese tiempo no había, no había control ((de terras indígenas demarcadas na região)), la gente compraron carro, hicieron casa, compraron unos terrenos por allá..., la mayoría tiene tres, cuatro terrenos grandes o casas construidas. Hace poco tiempo me enteré de un señor que, bueno, cosas del destino, ¿no? La mujer se fue con otro y el hombre estaba acá desesperado, angustiado, una <i>vila</i> muy boni/ una <i>vila</i> de las mejores que hay allá arriba, la vendió por treinta mil reales. Todo porque el se deshació ((deshizo)) de todo y <i>fugiu, né?</i>
P.:	humhum
Carmen:	((INC)) !Y diez mil reales, treinta mil reales es regalar! (INC)) así, uno no estaba bien, mas la gente que tuvo, compró, <i>né?</i> Y gente que consiguió casa, compró lo que pudo, ¡la gente quiso investir! ((INC)) Hay gente que conozco también que no, no invistió ((INC)) están igual que siempre, ¿no?
P.:	Pero ese tiempo fue...
Carmen:	Hace más de siete años.

¹⁴ As traduções dos excertos que contém trechos de falas em espanhol estão disponíveis no Anexo 1 desta dissertação.

As histórias de sucesso do comércio da fronteira Brasil x Venezuela acabaram por atrair mais pessoas para a região, inclusive estrangeiros vindos dos países hispânicos fronteiriços com o Brasil, na maioria, peruanos, como Carmen.

Mas uma grande parcela da população de Pacaraima é de brasileiros oriundos de outras partes do Brasil, que vieram para a região, impulsionados pelos planos de ação desenvolvidos pelo Estado, para garantir o povoamento da fronteira. A grande maioria representa a massa de mão-de-obra que veio em busca de trabalhos, principalmente no garimpo. Amorim (2007) em estudos desenvolvidos no comércio da fronteira Brasil/Venezuela, faz um levantamento da procedência dos trabalhadores do comércio, que representam uma considerável parcela dos brasileiros moradores da cidade: 25% do estado de Roraima; 5% do Rio Grande do Sul, 5% de Rondônia; 10% do Pará; 15% do Maranhão; 15% do Ceará; 20% do Amazonas e 5% do Acre.

2.3.3 O comércio local: representações sobre o panorama atual

A atividade comercial desenvolvida na fronteira Brasil/Venezuela que acabou por impulsionar a formação de Pacaraima, ainda hoje representa a sua sustentabilidade. É evidente que com a estruturação do município, o funcionalismo público também passou a compor a economia da cidade, mas o comércio é ainda predominante: pensado para atender principalmente a um público turístico, e numeroso, o comércio é relativamente grande para o tamanho de cidade e é ele, o principal responsável por empregar uma parte considerável da população pacaraimense¹⁵.

Praticamente todos os comerciantes de Pacaraima são moradores da própria cidade: brasileiros e hispânicos, sobretudo peruanos. É curioso observar que praticamente não há comerciantes venezuelanos em Pacaraima, o que não acontece do outro lado da fronteira, em *Santa Elena de Uairén*, onde há um

¹⁵ O adjetivo “pacaraimense” é usado aqui para fazer referência aos moradores da cidade, não necessariamente aos que nasceram nela, mesmo porque, toda a população - exceto as crianças nascidas na maternidade de Pacaraima, relativamente recente - é nascida em outras cidades.

número considerável de brasileiros que tiram o seu sustento do comércio venezuelano.

É importante ressaltar, também, que quase não há venezuelanos residindo em Pacaraima, mas muitos brasileiros são moradores de *Santa Elena de Uairén*. Em decorrência da valorização da moeda brasileira, o Real, o custo de vida em Pacaraima torna-se muito alto, inibindo a presença de venezuelanos no território brasileiro. Mas o acessível custo de vida da cidade fronteiriça da Venezuela e ainda, a insegurança quanto à questão fundiária que assola Pacaraima,¹⁶ acabam atraindo brasileiros para o território venezuelano. Estes brasileiros são comerciantes de *Santa Elena de Uairén* ou trabalhadores do setor público, na cidade brasileira.

Embora em período de férias a fronteira do Brasil com a Venezuela seja uma região de passagem para muitos turistas brasileiros, Pacaraima não representa um lugar de parada para estes. Os brasileiros - cujo destino é principalmente a região de savanas venezuelanas, a *Gran Sabana*, ou o mar do caribe - preferem cruzar a fronteira e seguir viagem. Nem mesmo os feriados prolongados que atraem boavistenses e manauaras para a fronteira, são responsáveis por trazer estes brasileiros para Pacaraima: o destino de sua viagem é quase sempre *Santa Elena de Uairén*, principalmente a sua área comercial.

O comércio de Pacaraima quase não é freqüentado pelos próprios moradores da cidade. Como o custo de vida no lado brasileiro é alto, os pacaraimenses preferem até mesmo os supermercados de *Santa Elena de Uairén*. Em Pacaraima, excetuando alguns estabelecimentos de gêneros alimentícios tais como padarias, lanchonetes, pizzarias, frutarias e açougues, além de farmácias, que ainda contam com alguns compradores pacaraimenses, quase não há consumidores brasileiros.

¹⁶ Como já mencionado na introdução deste trabalho, o município de Pacaraima está localizado nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos. Mais informações sobre a questão fundiária no município serão apresentadas no próximo capítulo.

Sandoval, cearense residente em Roraima há 31 anos, morador e comerciante de Pacaraima há 10, fala sobre a clientela que recebe no seu açougue:

Excerto 4

P.:	Quem é o seu cliente aqui? Quem é que mais vem comprar aqui?
Sandoval:	Rapaz, aqui é... tudo misturado, venezuelano e brasileiro aqui é... / mas é mais venezuelano.
P.:	É mais venezuelano, né?
Sandoval:	É mais venezuelano.

Socorro e Maristela, que trabalham com confecções no Centro Comercial, falam sobre a questão:

Excerto 5

Socorro:	Se fosse todos que comprasse que nem Boa Vista/ Boa Vista, a temporada, quando sai o pagamento aí do estado, aí da prefeitura, a gente vai no centro comercial, a gente vê como tá o movimento das loja, as venda melhora, aqui não, aqui não dá.
Maristela:	Aqui nunca entra, se dependesse do brasileiro, da NO...
Socorro:	brasi leiro... do
Maristela:	NOssa moeda, a gente passava fome.
Socorro:	É... nossos cliente mais é os venezuela no...
Maristela:	Só é eles que dá a vida pra nós.

Apesar do alto custo de vida no Brasil, os moradores de *Santa Elena de Uairén* representam um público de consumidores superior aos pacaraimenses que comprem no comércio brasileiro. São principalmente os estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, sobretudo os açougues - dada a tradicional

atividade de pecuária característica do estado de Roraima e bastante conhecida pelos venezuelanos -, seguidos dos supermercados, os preferidos desta clientela.

Iraci, cearense, moradora e comerciante de Pacaraima há 15 anos, comenta:

Excerto 6

P.:	A senhora vende o quê mais aqui? É	mais...
Iraci:		é cosmético tudo, né? Em geral.
P.:	Cosmético e gêneros alimentícios,	né?
Iraci:		isso.
P.:	E quem mais compra aqui, da senhora?	
Iraci:	Sustentação aqui é o venezuelano.	
P.:	É?	
Iraci:	Brasileiro mesmo...	
P.:	Brasileiro n	um...
Iraci:		não, porque é assim, é ao contrário, aqui quem dá sustentação é o venezuelano e lá, em Santa Elena, é o brasileiro, no comércio,
P.:		né?
P.:	Entendi. Então eles vão comprar lá	hum,
Iraci:		e...
Iraci:	devido a... né? Que é coisa brasileira, que tá noutro país, entendeu?	
P.:	Hum...	

Esses consumidores da fronteira, os moradores das cidades do Brasil e da Venezuela, representam muito pouco para a economia do comércio de Pacaraima, mas são o público consumidor dos períodos de baixa temporada desta região turística. Como é possível observar, exceto o mínimo movimento nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, todos os outros comércios - de artesanato, de jóias, de pedras, de confecções, de sapatos, de artigos esportivos, de cosméticos, de miudezas, etc. - praticamente só funcionam em período de alta temporada.

Nas altas e baixas temporadas, a área comercial brasileira é ainda visitada por estrangeiros de outras nacionalidades que não a venezuelana, sobretudo dos Estados Unidos e de alguns países europeus. Estes estrangeiros, no entanto, são apenas consumidores em potencial, não influenciando significativamente na economia local.

Socorro e Maristela falam sobre estes turistas:

Excerto 07

P.	E turista que vem mais aqui é só venezuelano mesmo,	ou... sim, só eles. É.
Maristela		
Socorro		
P.	E não vêm outros, não? Outros turistas, não?	
Socorro	Vêm, vêm aque	les... É, no meio deles vêm, vêm os tira-fotos, que são os
Maristela		
	america	nos... Os americanos.
Socorro		
P.	Ah, é? Os tira-fotos são os americanos?	
	((as três pessoas riem))	
Maristela	Os americanos tiram muita foto. De vez em quando que eles gostam de comprar camisa da <i>Gran Sabana</i> e artesanato, né?	
P.	Ah, ta...	
Maristela	Mas é muito difícil.	

Como qualquer região turística, a área comercial de Pacaraima aquece nos períodos de alta temporada, as épocas de férias ou feriado prolongado do país vizinho (nos meses de janeiro, abril – semana santa - agosto e dezembro). São principalmente destes períodos que os comerciantes brasileiros tiram o seu sustento.

Os principais consumidores do comércio de Pacaraima são, portanto, os venezuelanos vindos de regiões mais distantes da fronteira, que saem em viagem turística pela *Gran Sabana* venezuelana e aproveitam para visitar a cidade

brasileira. Sendo este o público majoritário comprador da cidade, é, sobretudo, para ele, que o comércio de Pacaraima é pensado.



Figura 2 – Centro de Turismo de Pacaraima¹⁷

Léia, cearense, comerciante de jóias na cidade há 04 anos, conta sua primeira experiência em alta temporada:

Excerto 8

- | | |
|-------|---|
| Leia: | Olhe, quando eu cheguei aqui pra te falar a verdade, nem eu acreditava, sabe? Naque/mesmo a moeda tando alta naquele tempo, eu não acreditava que eu ia ter assim aquela possibilidade de um dia eu ter a minha loja porque, pôxa, eu cheguei quebrada num lugar desse, né? E todo mundo... /porque, eu olhava, meu Deus, só uma rua, eu morava na cidade grande em Belém, que é uma cidade grande, né? |
| P.: | É. |
| Leia: | Aí eu olhava, só essa rua aqui. Eu não via muita, pra te falar a verdade eu não |

¹⁷ Fonte: E. Braz, abril de 2009.

	via muita expectativa assim de um dia eu poder ser uma, uma pessoa, uma, uma empresária, né? Que hoje eu me acho uma empresária, né?
P.:	A senhora tem uma firma, né? Aqui é uma firma, né?
Leia:	Tenho, tenho, tenho. Então, aí eu não achava que eu ia chegar a esse ponto, por quê? Porque eu achava que isso aqui não tinha futuro. Quando eu cheGUEI, tá? Eu achava naquele tempo que não tinha futuro. Só que foi, foi, foi, aí quando eu fiz a primeira temporada... Nossa! Aí eu vi: não, isso aqui, isso é melhor de que uma cidade grande, pôxa! Isso aqui na temporada a gente passa pelo ano todo!

Para a maioria destes venezuelanos, é Pacaraima, a única cidade que chegam a conhecer. Muito embora o acesso a outras partes do Brasil, o restante do Estado de Roraima, além do estado do Amazonas, seja possibilitado pela BR 174, estes turistas, que chegam geralmente em carros próprios e viajam em grupo, não se aventuram a percorrer o Brasil, além de Pacaraima.

O peruano Esteban, comerciante de artesanato há 10 anos na cidade, explica porque a viagem desses turistas venezuelanos para o restante do Brasil se torna inviável:

Excerto 9

Esteban	Acontece que o venezuelano gosta de fazer turismo, toda temporada sai. Porque um turista <i>pa llegar</i> de Caracas p'aqui com o carro dele <i>no gasta ni... ni</i> dez reais.
P.	Porque a gasolina é bem barata, né?
Esteban	((INC)) os caras rodam por qualquer lugar, né? e... a gasolina é de graça, né?
P.	Humhum
Esteban	Ma um brasileiro <i>no</i> dá certo porque <i>pa, pa... pa</i> Manaus <i>con tu</i> carro aqui tu gasta, tu gasta <i>dinero</i> trezentos, quatrocentos reais só de <i>combustible</i> .

2.4 Os procedimentos de geração de dados

Como afirmam Denzin e Lincoln (2006) e Chizzotti (2006), na atividade de investigação qualitativa, o pesquisador utiliza-se de um conjunto de práticas interpretativas, aquelas que estão disponíveis no contexto, para interpretar os significados inerentes ao meio social. Dessa forma, utilizei-me dos elementos que tinha ao meu alcance a fim de construir conhecimentos sobre o contexto: notas de campo (nas quais foram registradas as ações dos participantes, bem como algumas considerações acerca de suas falas proferidas em conversas informais), entrevistas semi-estruturadas (que foram gravadas), mapas, fotografias e documentos.

Embora a minha permanência em campo, a área comercial turística de Pacaraima, tenha sido relativamente breve (janeiro, fevereiro, março e abril de 2009), os quatro meses em que estive na região foram suficientes para presenciar, e vivenciar, dois momentos de baixa temporada comercial, nos meses de fevereiro e março, e dois períodos de alta temporada, nos meses de janeiro e abril¹⁸.

Além disso, apesar de relativamente grande para o tamanho da população de Pacaraima, o comércio desta cidade é concentrado em um espaço de pouca extensão: os estabelecimentos comerciais estão localizados principalmente na Rua Suapi que, sendo relativamente pequena, é a principal rua da cidade, e em suas adjacências. A comunidade do comércio, assim, é também bastante concentrada e coesa, o que me possibilitou interagir com vários integrantes do grupo, todos conhecidos entre si, sem necessitar realizar grandes deslocamentos. A interação dinâmica que estabeleci com o grupo também facilitou, em passos acelerados, a familiaridade com esta comunidade.

¹⁸ Convém salientar que os quatro meses aos quais me refiro dizem respeito ao tempo despendido para geração de dados. Tenho familiaridade com o contexto de fronteira Brasil / Venezuela desde a minha infância. Como pesquisadora, venho observando a cidade de Pacaraima desde 2004.



Figura 3 – O comércio de Pacaraima em alta temporada.¹⁹

Minha inserção no campo teve início, como já dito, no mês de janeiro, período de alta temporada no comércio de Pacaraima. Neste primeiro momento, de caráter exploratório e bastante aberto, interagi com várias pessoas de fora da comunidade comercial, visitando diferentes instituições da cidade: a Prefeitura, o Centro de Turismo e a Associação Comercial e Empresarial de Pacaraima. O meu objetivo, neste primeiro instante, foi construir entendimentos sobre o contexto da cidade e do comércio. Para gerar esses dados, fiz uso de documentos fornecidos por essas instituições, bem como de conversas informais nelas ocorridas.

Nesse primeiro mês também mantive contato com muitos comerciantes. Nos horários de trabalho, quando estes se encontravam bastante atarefados em meio ao período de alta temporada, tratei principalmente de observar a maneira como se dava a interação entre eles e seus clientes, onde se faziam presente a língua portuguesa e/ou o espanhol.

¹⁹ Fonte: E. Braz, abril de 2009.

As conversas informais com estes comerciantes ocorriam principalmente nos períodos de meio dia, ou ao fim do expediente, e de maneira muito breve. Os temas discutidos eram bastante gerais: algumas perguntas de cunho pessoal, o movimento do comércio, a taxa do câmbio. No entanto, estas breves conversas foram importantes, sobretudo porque me possibilitam conhecer os comerciantes e estabelecer um vínculo com eles, assim como me inteirar da situação na qual se encontrava o comércio da cidade.

Muito embora eu não tenha feito uso de gravador de áudio e quase não tenha utilizado equipamento fotográfico nesta primeira fase da investigação, frequentemente fiz questão de deixar esses equipamentos expostos nos momentos dessas primeiras conversas com os comerciantes, uma vez que como eu, pesquisadora participante, estes elementos também deveriam ser acomodados no meio, de maneira a não causar estranhamentos na ocasião em que, de fato, fossem usados. É curioso ressaltar ainda, que embora eu me auto-enunciasse pesquisadora e estudante da região de comércio, os membros da comunidade social frequentemente se referiam a mim como turista, repórter, jornalista, evidenciando que ambos (pesquisadora e os instrumentos dos quais dispunha), não estavam ainda ajustados ao contexto comercial.

Os conhecimentos produzidos no primeiro mês de atuação no campo possibilitaram cercar de modo mais acurado o foco da investigação. Com algum entendimento que dispunha a respeito dos sujeitos de pesquisa, pude adotar estratégias para estabelecer um laço mais consistente com estes: a minha tentativa foi no sentido de demonstrar a eles que estava inteirada de seus assuntos do cotidiano, mencionando conversas com outros membros da comunidade de modo muito natural, como se estes indivíduos fossem velhos conhecidos.

Este enquadramento possibilitado pelo primeiro instante ainda forneceu subsídios para a elaboração de alguns temas direcionadores, que foram utilizados em entrevistas semi-estruturadas. O objetivo destas entrevistas foi construir um *corpus* de dados com os quais eu pudesse conhecer mais profundamente os

sujeitos entrevistados, a cidade de Pacaraima, o comércio, as nacionalidades e línguas. Estes dois últimos tópicos, entretanto, não foram contemplados nas entrevistas de dois participantes peruanos, por não se constituírem como de interesse da pesquisa: interpretações a respeito de línguas e nacionalidades, de sujeitos que se declaram brasileiros. Entretanto, as falas dos participantes peruanos, como se pode observar, são citadas na descrição do contexto.

Estes dados foram roteirizados e transcritos, *a posteriori*. Apresento, a seguir, as convenções utilizadas na transcrição destes dados:

CONVENÇÕES PARA TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	
...	pausa de mais de 2 segundos
(...)	supressão de um trecho
((INC))	trecho incompreensível
/	corte sintático
((xxx))	explicação fornecida pela pesquisadora
MAIÚSCULAS	entonação enfática
P.	pesquisadora
[Sobreposição de falas

Os meses de fevereiro e março, que são períodos de baixa temporada no comércio e os trabalhadores dispõem de muito tempo “livre”, possibilitaram estas etapas seguintes da pesquisa: a familiarização com os sujeitos e a realização das entrevistas semi-estruturadas. No momento em que foram realizadas estas entrevistas, os sujeitos já construíam a minha identidade como pesquisadora, sugerindo já estarem familiarizados com o trabalho investigativo, o que foi bastante benéfico na gravação das entrevistas.

O feriado da semana santa no mês de abril estabeleceu a última fase do trabalho em campo. Foi o momento de registrar através de fotografias, o comércio preparando-se para receber o seu público majoritário: os venezuelanos vindos de partes distantes da fronteira para conhecer o Brasil, para conhecer Pacaraima.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DE DADOS

Discuto, neste capítulo, os dados gerados durante o período em que estive no comércio da cidade de Pacaraima realizando o trabalho de campo, nos meses de janeiro a abril de 2009.

Para sistematizar os dados, roteirizei as gravações das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os 21 comerciantes da fronteira Brasil/Venezuela. Em seguida, foram transcritos os trechos em que aparecem as falas que abordam as questões sobre as quais me debruço neste trabalho.

Após a transcrição, procedi de maneira a encontrar regularidades nas falas dos entrevistados que me possibilitassem construir um entendimento intersubjetivo sobre o contexto (a cidade e o comércio), bem como sobre as nacionalidades e línguas ali presentes.

Os dados gerados nas entrevistas semi-estruturadas foram ainda contrastados com aqueles provenientes dos outros instrumentos que utilizei nesta fase da investigação: documentos, mapas, fotografias e notas de campo. Procedi assim, à triangulação, a fim de construir uma compreensão holística das questões de interesse da pesquisa em questão.

Os dados dispostos neste trabalho, assim, tanto sobre o contexto (apresentados no capítulo anterior), quanto acerca das nacionalidades e línguas, constituem amostras que julguei significativas para ilustrar as representações construídas pelos sujeitos de pesquisa. Os dados que abordam as nacionalidades e línguas estão dispostos neste capítulo e buscam responder às perguntas feitas na pesquisa aqui focalizada, que retomo abaixo:

- a) De que forma as identidades nacionais são representadas pelos participantes da pesquisa, isto é, pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela?
- b) Que representações são construídas pelos comerciantes brasileiros da fronteira Brasil / Venezuela acerca das línguas utilizadas no comércio?

Os dados foram ainda divididos em seções e subseções, conforme a disposição a seguir:

3.1 Nacionalidades

Nesta seção, discuto os modos como os participantes de pesquisa constroem representações acerca das nacionalidades mais presentes no contexto investigado, quais sejam, as identidades brasileira, peruana e venezuelana.

3.1.1 Expressões de brasilidade

A análise dos dados gerados para a pesquisa em pauta revelou que os comerciantes de Pacaraima constroem a sua identidade nacional de forma diversa, sempre condicionada ao contexto no qual se dá a construção dessa nacionalidade. Foi possível perceber também, quão conflituosa se mostra a brasilidade na fronteira Brasil / Venezuela.

3.1.1.1 A brasilidade exaltada

Considerando-se que, em conformidade com a teoria que embasa este trabalho, a identidade é sempre relacional, isto é, ela depende do outro para existir, é sustentada pela exclusão daquilo que ela não é (SILVA, 2006; WOODWARD, 2007), os contextos de fronteira entre países constituem-se em um *locus* onde as identidades nacionais emergem com vigor justamente porque esses espaços são pontos de encontro com o outro, com a outra nacionalidade.

As altas temporadas da região comercial da fronteira Brasil / Venezuela, momento em que a cidade brasileira de Pacaraima recebe uma grande quantidade de estrangeiros do país vizinho, são, pois, momentos propícios para representar a brasilidade para o outro - para o turista venezuelano - que não conhece o Brasil. É principalmente nestes períodos que os comerciantes brasileiros da cidade de Pacaraima tomam para si a identidade brasileira, bem como a responsabilidade de apresentá-la à outra nacionalidade, delimitando a fronteira entre brasileiros e venezuelanos.

Rosa e Pedro, donos de um comércio de produtos orgânicos, naturais do Rio Grande do Sul, são membros ativos da Associação Comercial e Empresarial de Pacaraima. Eles falam do projeto que visa à revitalização da rua Suapi, principal rua comercial da cidade:

Excerto 10

Rosa:	A gente vai fazer a, revitalizar, pra nós podermos botar, né? Uma, uma, uma rua de primeiro mundo, um comércio de... né? Que fique bonito porque é a porta do nosso país, primeira coisa é a porta do nosso país, é uma fronteira, é a porta onde todas as pessoas vêm pra cá, é, é o primeiro contato que a maior parte da, dos estrangeiros tem aqui...
Pedro:	Via terrestre.
Rosa:	via terrestre pela, pela Venezuela é Pacaraima, né? Então a gente tem que melhorar e existe o interesse do Governo Federal nessas melhorias.

Pedro e Rosa apropriam-se da identidade nacional brasileira quando consideram que o espaço em que operam é o **nosso país**. O país é deles, o Brasil lhes pertence. Assim, eles se filiam a uma nacionalidade que, como menciona Hall (2006), fornece-lhes um lugar no mundo: estão em um espaço que consideram seu, estão em casa e justamente na **porta** de casa. A eles cabe a responsabilidade de cuidar dessa **porta**. E, uma vez que é esta a **primeira coisa** que o outro vê quando chega, é imperativo dar uma boa impressão: **a gente tem que melhorar**.

A porta de casa é ainda **fronteira**: dela se pode enxergar o outro lado, o território alheio. E é preciso marcar a diferença entre o que se vê lá fora e o que

existe no lado de dentro, estabelecendo uma clara oposição entre os dois espaços, de modo que o território brasileiro seja representado como algo melhor: o Brasil, assim, precisa ser não apenas *bonito*, mas *de primeiro mundo*.

Como estratégia para atribuir credibilidade ao seu discurso, Rosa afirma ser também de *interesse do Governo Federal* que as melhorias no comércio brasileiro se concretizem. De fato, foi o Estado o inventor da nação e durante toda a modernidade, foi a cultura nacional que se impôs como legítima no interior das comunidades (BERENBLUM, 2003; HALL, 2006 e outros).

Com a chegada do turista estrangeiro, misturam-se brasileiros e venezuelanos no mesmo território e a necessidade de se estabelecer fronteiras de ordem simbólica inevitavelmente se coloca: é preciso mostrar quem são os brasileiros, para esclarecer que o venezuelano não compartilha da cultura nacional brasileira. O comércio de Pacaraima povoa-se, assim, de símbolos que narram uma certa brasilidade: as lojas estampam as camisas da seleção e dos clubes brasileiros de futebol; vende-se caipirinha no comércio, comercializam-se inúmeros artefatos com fotos de Copacabana e com paisagens da Amazônia brasileira; há postais de São Paulo e Rio de Janeiro; e encontra-se muito facilmente a bandeira brasileira exposta à venda ou estampada em peças de roupas, chaveiros e canecas.



Figura 4: A brasilidade no comércio da fronteira Brasil /Venezuela²⁰

²⁰ Fonte: E. Braz, janeiro de 2009.

Os símbolos de identidade nacional que compõem o comércio de Pacaraima vão tecendo uma versão de identidade brasileira, de maneira a mostrar ao estrangeiro que o Brasil é o país do futebol; que é São Paulo e Rio de Janeiro; que é rico, pois possui as belezas naturais da região Amazônica; e que é querido pelos próprios brasileiros porque é constantemente lembrado e exaltado. Mas importa ressaltar, que os próprios pacaraimenses não costumam tomar caipirinha; quase não há paulistas e cariocas na cidade; e embora Roraima faça parte da região amazônica, é o estado do Amazonas que quase sempre se faz presente no comércio.²¹ No Brasil que o estrangeiro vê, Pacaraima parece não existir.

A versão de brasilidade encontrada no comércio da fronteira Brasil / Venezuela é criada tendo por base a idéia de “nação brasileira” estereotipada forjada pelo Estado-Nação. Não cabem na ideologia nacional, as diferenças culturais, pois é a *supra-identidade* (BAUMAN, 2005) que está posta, a identidade mais geral, que difunde a homogeneidade e relega as diferenças a um lugar secundário. O Brasil mostrado para o estrangeiro é baseado em representações particulares de grupos sociais outros, alheios ao contexto de Pacaraima, representações que tendem à *monoidentificação* (CUCHE, 2002), as únicas verdadeiramente dignas de legitimidade e de exaltação.

3.1.1.2 A brasilidade em crise

Se a identidade brasileira é, como vimos, motivo de celebração, ela é também percebida como uma identidade ameaçada. Isso porque, afora a maquiagem da cultura nacional e os adornos de brasilidade que enfeitam o comércio, revelam-se problemas internos da região, os quais são responsáveis por desestabilizar a identidade nacional, que passa a ser representada como frágil e desamparada. O fato é que misturado aos velhos e desgastados alicerces construídos pelo Estado-Nação, o multiculturalismo vem trazendo novos e

²¹ É importante salientar que o estado de Roraima está representado nas atividades ligadas ao turismo.

diferentes valores no contexto de fronteira Brasil / Venezuela, transformando a identidade pacaraimense de periférica a central nas representações observadas. Um desses problemas diz respeito à localização geográfica do município em reservas indígenas.

Inicialmente chamada de vila BV-8, pertencente a Boa Vista, Pacaraima foi elevada à categoria de município pela Lei Estadual N°. 96, de 17 de outubro de 1995. Atualmente, com uma estimativa populacional de 9.220 habitantes para 2009²², o município de Pacaraima conta com órgãos municipais, estaduais e federais e está inserido nas reservas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos.



Figura 5 – Terras indígenas em Pacaraima/Roraima.²³

Com o município de Pacaraima inserido em reservas indígenas já homologadas, fruto do vigor das ações afirmativas em prol das identidades étnicas, os comerciantes da fronteira Brasil / Venezuela mergulham na incerteza

²² Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em 02 de fevereiro de 2010.

²³ Fonte: <http://img.cancaonova.com/noticias/noticia/270321.jpg>, acesso em 21 de novembro de 2009.

quanto à sua permanência no território e reclamam de um Estado que não mais lhes respalda, e tampouco garante o seu domicílio.

Os moradores da fronteira, sobretudo os comerciantes mais antigos, brasileiros que fundaram Pacaraima, nostálgicos de terem vivido os tempos bem sucedidos do comércio, na época da gestação do município, reclamam uma identidade nacional fragilizada. É o que dizem Pedro e Rosa, originários do Rio Grande do Sul e moradores de Pacaraima desde 1990:

Excerto 11

Rosa:	O quê que tem que eu acho que tem que ser bem colocado porque a maior parte das pessoas que estão produzindo hoje aqui, ou que de uma maneira ou outra acabaram ca
Pedro:	indo na cidade, comerciante, ou não.
Rosa:	Ou viraram comerciante, ou viraram professor, ou viraram funcionário público porque tinha que sobreviver, a maior, a maior parte veio pra Roraima, nos anos oitenta pra cá, incentivados pelo antigo território federal, pelo Governo Federal, pra desenvolver o norte do país, que era Roraima, entendeu? Então essas pessoas vieram pra cá cheias de sonhos, largaram seus estados, entendeu? Botaram um monte de coisa dentro da mala, vieram reduzidos a nada, né? Não houve aquele respeito que se dizia lá, o governo, pelo menos da nossa parte, lá com o governador da época, o xxxxx / o... Governo Federal falou uma coisa, nós chegamos aqui era outra, entendeu? A gente passou por necessidade, mas a gente trabalhou, arregaçou as mangas, venceu e hoje, quer dizer, entra é... o... tem o Governo, né? Que desrespeita isso e diz que a gente veio aqui usando de má fé, atrapalhar a vida indígena, quer dizer, é muito complicado.

Rosa redescobre o passado, elaborando a trajetória histórica da identidade nacional na fronteira: os brasileiros chegaram nessa região, nos anos 80, com o incentivo do Estado, para desenvolver Roraima. Ao elaborar a narrativa, Rosa intenta resgatar a identidade nacional buscando-a no passado, embora esta prática construa, no presente, uma nova identidade. Para Woodward (2007, p.12),

essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao

que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise.

Para Rosa, as pessoas que chegaram à região, hoje ***estão produzindo***, ou seja, estão trabalhando. Da sua perspectiva, o que essas pessoas têm em comum, é que vieram trabalhar e essa labuta lhes garantiria a sobrevivência como comerciantes, professores, funcionários públicos de Pacaraima. Em sua lógica, o trabalho que desempenham é dignificado porque contribui ***para desenvolver o norte do país***, servindo, assim, aos propósitos do Estado. O Estado os fez trabalhadores e estes teriam cumprido a tarefa que lhes cabia: ***a gente trabalhou, arregaçou as mangas, venceu***. Na representação de Rosa, se eles cumpriram com o acordo feito com Governo brasileiro, este último não respeitou esse mesmo acordo: ***o...Governo Federal falou uma coisa, nós chegamos aqui era outra, entendeu? (...) ((o Governo)) diz que a gente veio aqui usando de má fé, atrapalhar a vida indígena, quer dizer, é muito complicado***.

Aliada à questão fundiária, a desvalorização da moeda venezuelana, o Bolívar, contribui para que o comércio da cidade de Pacaraima venha, nas representações dos participantes de pesquisa, experienciando um período de crise. Com o poder aquisitivo dos venezuelanos cada vez mais em declínio, a economia desta área fronteiriça brasileira, que sobrevive principalmente de turistas do país vizinho, está em decadência, não apenas do ponto de vista dos comerciantes brasileiros, mas também dos comerciantes peruanos, como explica Esteban:

Excerto 12

Esteban:	Todo ano que passa, né? Menos turista, menos turista.
P.:	Humhum, ta diminuindo, né?
Esteban:	É. ((INC)) há oito ano atrás, era lotado de turista, né? Todo ano, né? <i>Camina</i> mais.
P.:	É por causa da, da crise, né? Do Bolívar, né?
Esteban:	Eu acho que é a crise, né? Porque <i>en aquel tiempo</i> o câmbio era trezentos,

trezentos trinta por um real, então..., *aquel tiempo* era ao contrário, né? O turista *venia con...* trezentos trinta mil Bolívar dava mil reais, agora o turista vem com trezentos trinta *no da ni* cento e vinte reais.

P.: É uma diferença enorme, né?

Esteban: É uma diferença enorme.

A decadência do comércio associada à queda na economia venezuelana ²⁴ tem feito com que vários comerciantes comecem a pensar em alternativas que possam garantir a sua sobrevivência na região. Jair, de 65 anos de idade, comerciante de pedras artesanais, fala sobre a questão:

Excerto 13

Jair: Eles ((o Governo)) quer matar nós no cansaço porque eles num querem indenizar nós. Eles, eles vão matar nós no cansaço, nós vamo saindo porque num dá. Aí num dá pra mim comer, a minha mercadoria vai acabando, o quê que eu vou fazer? Quando tiver na metade, eu pego o resto, boto nas costa e saio. Eu vou caçar outro canto pra mim, que venda a minha mercadoria. Se eu num achar, eu vou vender em atacado, vou vender a qualquer preço a minha mercadoria pra mim... pagar meno a passage pr'eu ir p'outro canto.

(...)

Jair: Agora eu vou criar galinha. Lá na chácara eu vou criar galinha, engordar porco..., é a única coisa que eu, que eu num paro assim de trabalhar, que eu, eu, meu dom é pra trabalhar, né? Aí eu tô achando que eu vou escapar e aqui eu venho só na temporada.

P.: É uma opção, né?

Jair: Eu vou criar galinha, vou criar meno umas cinqüenta galinha lá, uns cinqüenta porco... né? Aí eu vou vendendo no açougue e vou escapando. Mudando pa comida porque eu num sei se alguém vai querer comprar isso aqui ((apontando para a sua mercadoria na loja)). Nem os turista tão querendo mais!

P.: É.

²⁴ É importante ressaltar que os valores estipulados para as moedas brasileira e venezuelana, e que vogam no comércio, são orientados pelo câmbio não oficial, regulamentado pelas transações entre negociadores das duas cidades fronteiriças. Este câmbio acaba por desvalorizar ainda mais, e de maneira significativa, o Bolívar.

Jair: Agora galinha, se eu não vender, eu como. Eu como, né? Eu vou comendo. Vou ver se eu crio peixe... isso se eles deixar, né? Porque lá tem umas água lá... eu quero ver se eu fecho aqui pra mim criar peixe. Isso se eles deiXAR, porque daqui à pouco é... eles falar que é /"Não, vai embora, vai embora"... eu vou ter que ir embora, sabe? O negócio é assim. Porque eu, o que fiz isso aqui, já, nesses nove ano, eu só trabalhei, cheguei aqui sem nada, trabalhando na banquinha ali na rua. Então, o que fiz aqui já dá pra mim viver o resto da vida aqui, que eu tô já velho, mas parece que eles não vão deixar. Parece que eu fiz e depois vou ficar com um saquin nas costas, pelo jeito.

De acordo com Woodward (op. cit.), quando um grupo se encontra fragilizado, as reivindicações identitárias que recorrem ao passado, no processo de construção da identidade contestada no presente, respaldam-se em uma versão essencialista da história, a qual é contada como uma verdade invariável. Assim, da mesma maneira que Rosa, desde que chegou à região, Jair apenas cumpriu o seu dever (*eu só trabalhei*) e de forma satisfatória (*o que fiz aqui já dá pra mim viver o resto da vida*). Como Rosa, Jair também “trabalhou, arregaçou as mangas, venceu” e hoje ainda continua “produzindo” e o trabalho lhe traz o sustento.

As narrativas e memórias que inauguram o processo de (re)criação identitária acabam por elencar traços culturais, os quais são tomados como marcadores da identidade, tornando-se inerentes a ela (SILVA, 2006). Os brasileiros de Pacaraima, como se pode observar, representam-se como incansáveis trabalhadores, como fala Jair: *eu num paro assim de trabalhar*.

O trabalho é visto ainda um dom, uma graça divina, como acrescenta o próprio Jair (*o meu dom é pra trabalhar*). O traço que marca a identidade nacional brasileira é agora congênito: Jair nasceu trabalhador. Vale lembrar, conforme Woodward (2007), que muitas vezes as reivindicações identitárias apóiam-se em traços que são justificados como sendo naturais. Jair utiliza-se exatamente deste artifício para (re)construir sua brasilidade.

Entretanto, Jair percebe que é exatamente a lida na fronteira que está se tornando dificultosa (*((apontando para a sua mercadoria na loja)) Nem os turista tão*

querendo mais!) e ele parece acreditar que sem o trabalho não há como sobreviver (*num dá pra mim comer, a minha mercadoria vai acabando*), não há como permanecer no Brasil, não há como vivenciar a própria identidade nacional (*Eu vou caçar outro canto pra mim, que venda a minha mercadoria*).²⁵ Mas a brasilidade precisa ser vivida, porque é o que Jair é: um brasileiro. É preciso, portanto, buscar desesperadamente uma outra frente de trabalho que não o comércio de pedras (*Agora eu vou criar galinha; engordar porco; Vou ver se eu crio peixe*): se o ofício não rende em períodos de baixa temporada, há que *escapar* nessas épocas, para trabalhar na chácara, enquanto a alta temporada não chega. Afinal, para Jair *é a única coisa* a fazer que restou. Observe-se que, na fala desse comerciante, inexistente o compromisso com “o desenvolvimento de Roraima” segundo os propósitos da ideologia nacional, ideologia essa encampada, em vários momentos, pelos discursos dos comerciantes. A lógica aqui parece ser não mais a defesa de um nacionalismo, a “defesa da pátria amada”, mas a defesa de sua própria sobrevivência como comerciante.

A instabilidade sofrida pelos comerciantes de Pacaraima em decorrência da questão fundiária parece representar a força de uma nova ordem, um poder outro, que não mais os considera como legítimos na fronteira. Como vimos, para Rosa, este novo poder, representado por um Estado irreconhecível, é desrespeitoso para com a identidade nacional, pois não considera sequer o traço identitário de brasilidade: “*desrespeita isso*”, ou seja, desconsidera o trabalho dos brasileiros na fronteira. Eles, os brasileiros, são por ela representados como vítimas desse Estado, afinal, *caíram na cidade*, foram iludidos (*O Governo Federal falou uma coisa, nós chegamos aqui era outra*) e, de repente, muda-se a ordem e agora o Estado os culpa (*diz que a gente veio aqui usando de má fé*).

Jair acredita que *eles* ((o Governo)) querem mesmo empurrá-los para fora da fronteira. Para tanto, “eles” agiriam sutil e lentamente, tentando subtrair as fontes de lucro que garantem sua sobrevivência, de modo a fomentar a própria ação do

²⁵ A saída de Pacaraima como uma alternativa à situação em que vivem será discutida mais adiante, na seção 3.1.3 deste capítulo.

sujeito de se retirar do território (*vamo saindo porque num dá; eu pego o resto, boto nas costa e saio, eu vou caçar outro canto pra mim, que venda a minha mercadoria*). Jair entende que a investida desse novo poder que se consolida na fronteira é fazer com que o sujeito se canse e desista de viver a identidade nacional, abdicando de seus próprios direitos como cidadão brasileiro (*Eles quer matar nós no cansaço porque eles num querem indenizar nós*). E quanto mais se insiste em viver a brasilidade, buscando intensamente o trabalho (*eu vou criar galinha; engordar porco; Vou ver se eu crio peixe*), a ponto de, literalmente, fazer dele, a condição primeira de sobrevivência (*se eu não vender, eu como; Eu vou comendo*), mais escancarada se torna a intenção que “eles” têm de arrancá-lo da fronteira (*se eles deixar, se eles deixAR*). Esta intenção, então, tornar-se uma voz que impera (*Não, vai embora, vai embora*) e Jair quase admite que não há mais lugar para ele na fronteira (*mas parece que eles num vão deixar*).

3.1.2 As nacionalidades hispânicas

Nesta seção, serão analisadas as representações dos comerciantes brasileiros acerca das identidades peruana e venezuelana. De um modo geral, a brasilidade é percebida pelos participantes da pesquisa como sendo uma identidade mais positiva quando comparada com as nacionalidades hispânicas:

Excerto 14

Matilde:	O nosso Brasil é muito bom, né? Porque olha, eu já fui, andei na Colômbia, no Peru, a gente é muito / eu sofri demais. Eles humilham muito a gente e... / às vezes pra gente chegar numa comunidade até pra comprar uma coisa, eles num deixavam, era uma / ficava em cima, que não podia chegar, brasileiro não podia encostar, entendeu? Tudo isso nós andamos, tudo isso nós sofremos pra eles, nesses lugares e aqui no Brasil é tudo é / a gente recebe bem, vive no meio deles, num persegue eles, não. Tando trabalhando legal, ninguém persegue, não.
P.:	Humhum.
Matilde:	((falando dos peruanos)) Eles vive tudo no meio de nós aí.

Matilde, piauiense que vive do comércio de Pacaraima há 13 anos, afirma ter morado em muitos países hispânicos até conhecer o extremo norte do Brasil. Em sua fala, ela faz questão de marcar a distinção entre o Brasil e os outros países por onde passou (*na Colômbia, no Peru; nesses lugares*), de modo a considerar o seu país como único, em oposição aos demais, que embora sejam muitos (e diferentes entre si), são apresentados como uma unidade monolítica. Dessa forma, Matilde estabelece dois elementos em oposição: o Brasil, que é *muito bom, recebe bem, num persegue*, e os outros países, que *humilham muito a gente*, trazem sofrimento (*eu sofri demais; tudo isso nós sofremos pra eles*), tornam dificultosa a vida dos brasileiros (*ficava em cima, que não podia chegar, brasileiro não podia encostar*). Matilde vai produzindo a diferença por meio de oposição binária, de maneira a classificar o primeiro elemento da oposição como positivo e o segundo, impregnado de negatividades. Assim, “os termos em oposição recebem uma importância diferencial, de forma que um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que o outro” (WOODWARD, 2007, p.50). Esta relação dicotômica envolve, necessariamente, um desequilíbrio de poder entre os dois elementos que compõem o binarismo (DERRIDA, 1976, apud WOODWARD, 2007).

A luta que se desenrola nos outros países, segundo os relatos da entrevistada, é justamente contra brasileiros, como se houvesse um certo despeito pelo fato de o Brasil ter mais prestígio, o elemento do binarismo valorizado. Matilde destaca que para brasileiros era dificultoso até mesmo comprar algo em território estrangeiro (*até pra comprar uma coisa, eles num deixavam*), o que torna este inconformismo por parte dos outros países em relação ao Brasil, ainda mais forte, pois como se sabe, para a realidade de Matilde, que sobrevive de um comércio feito para estrangeiros, não aceitar compradores de outro país significa negar a própria sobrevivência.

É curioso observar que o traço preponderante neste Brasil que Matilde constrói em suas representações, é justamente o acolhimento (*recebe bem*). Diante de outras nacionalidades, emerge novamente o Brasil idealizado, que enfeita o

comércio, e apagam-se os problemas locais e aquele Brasil que deseja arrancá-los da fronteira. Mas quem *recebe bem* são os próprios comerciantes brasileiros de Pacaraima. Dessa forma, Matilde atribui legitimidade à nacionalidade brasileira da fronteira, que agora representa o Brasil: os brasileiros da fronteira acolhem, portanto, o Brasil acolhe.

No entanto, este Brasil que se mostra acolhedor, impõe condições (*tando trabalhando legal, ninguém persegue*). Para que haja receptividade, é necessário trabalhar como fazem os próprios brasileiros, é imprescindível seguir a ordem que se estabelece no lado brasileiro da fronteira: trabalhar. Assim, para que se viva entre os brasileiros, ao que parece, é necessário assimilar esse traço que marcaria, de forma contundente, a brasilidade.

3.1.2.1 A identidade peruana

No comércio de Pacaraima, como já dito anteriormente, também vivem hispânicos, principalmente aqueles provenientes do Peru. São os peruanos que representam a outra nacionalidade que vive e trabalha na fronteira, mas é curioso observar que eles quase nunca são referidos como “estrangeiros”. Em vários momentos durante as entrevistas realizadas com os comerciantes brasileiros, ficou evidente que, em suas representações, os estrangeiros seriam apenas aqueles que, de passagem por Pacaraima, constituíam-se em seus clientes em potencial, como os venezuelanos, os americanos, os chineses, etc.

A amazonense Maristela, que vive em Pacaraima há 08 anos, fala sobre os peruanos:

Excerto 15

Maristela:	Olha, as pessoas mais trabalhadora, mundialmente, que eu conheço hoje em dia, são os peruano.
------------	---

É justamente porque o peruano é trabalhador, que *a gente recebe bem, vive no meio deles; eles vive no meio de nós*, como diz Matilde. Talvez seja pelo fato de os peruanos serem *as pessoas trabalhadora, mundialmente*, como fala Maristela, que é esta a nacionalidade hispânica numerosa e mais acolhida em Pacaraima. Assim, os peruanos da fronteira tornam-se muito próximos aos brasileiros. Mas se a identidade peruana, nas representações dos entrevistados, se apropria do traço que marca a brasilidade a ponto de não serem reconhecidos como estrangeiros, o que os torna realmente diferentes dos brasileiros?

O goiano Jair também fala dos peruanos da fronteira:

Excerto 16

Jair:	É, aqui nós tamo acostumado com eles ((com os peruanos)), né? Nós acostuma com eles, mas... peruano é / eles são trabalhador... agora eles são... eles vende as coisa tudo mais barato, vende dois real, três... eles vende logo, sabe? Aí atrapalha nós.
P.:	Ah, entendi ((ri))
Jair:	No caso aqui, eles atrapalha nós.

Se há uma grande proximidade entre brasileiros e peruanos, a diferença vai se estabelecer justamente no traço mesmo onde reside o ponto de convergência. Os peruanos são trabalhadores como os brasileiros, e no comércio o trabalho é vender, mas se diferenciam no modo como realizam seu trabalho, no modo como vendem. Jair, ao mencionar que *eles são trabalhador*, atribui valor positivo a esta ação, dado que este também é um traço de brasilidade, mas a expressão *agora eles são...* dá idéia de oposição entre a sentença anterior e a sentença seguinte (*eles vende as coisa tudo mais barato*), que descreve o modo como o peruano trabalha. Estabelece-se, assim, uma oposição entre dois pólos, onde o primeiro é valorizado, em detrimento do segundo. Ou seja, o modo brasileiro é melhor e a maneira de trabalho peruano, por ser negativa, *atrapalha*. Percebe-se novamente, o apagamento da idéia de trabalho como um ato nobre à serviço da construção de uma nação brasileira ou do desenvolvimento de Roraima. O que está em jogo, o

que emerge nessa fala é a lógica capitalista de obtenção de lucro, algo que o peruano vem a atrapalhar. Assim, vemos dois discursos identitários, conflitantes, emergindo nas representações dos comerciantes brasileiros. Ora, o que se ressalta é uma identidade calcada nos ideais de nação, ora o que se ressalta é a identidade calcada nos ditames da cultura capitalista.

Note-se que na fala de Jair está implícita, ainda, a imagem de um Brasil benevolente, acolhedor, pois, apesar de os peruanos atrapalharem os brasileiros com o seu modo de trabalho, estes os recebem bem, acostumando-se com aqueles. Assim como Matilde, Jair também atribui, nessa fala, positividade à identidade nacional brasileira da fronteira.

É importante esclarecer que também para os peruanos, a insegurança que se instalou no comércio de Pacaraima é uma questão, como atesta a fala da peruana Carmen, que vive há 05 anos em Pacaraima:

Excerto 17

- | | |
|---------|---|
| Carmen: | Nosotros que <i>moramos</i> acá... / Mire, le voy a decir algo que no sé como puedo explicar. Para nosotros, que tengo más de cinco años ((morando em Pacaraima)), compramos este punto, que en ese tiempo era un punto ¿no? Ahora <i>falamos</i> con la prefectura, nos ((INC)), compramos el espacio..., mas la gente vive con ese suspense ¿no? Que, que si Lula reafirma que le van a dar la tierra a la FUNAI y todo, entonces la gente, hay gente que ya no quiere invertir en una casa, no quiere hacer con que su negocio prospere, si hay un proyecto lo dejan estancado esperando una respuesta así completa, ¿no? Entonces la gente ((INC)) vive con miedo. Si la gente hace un proyecto, hace un ahorro y ahí lo paralizan...!ya está! Estaban haciendo el Centro Comercial, de repente, desapareció la plata, cambió de <i>prefeito</i> , se estaban... / hacia allá, solamente, yo creo yo, que viven el momento ¿no? |
| P.: | ¿El presente? |
| Carmen: | Sí.
(...) |
| Carmen: | ¿Qué podemos hacer? ¡No hay seguridad! Uno también, yo me vine aquí por necesidad ¿no? Ya yo estoy acá y tengo que seguir luchando ¿no? Mi esposo también es negativo, mi esposo dice: no, Carmen, que, que se nos votan ((votam pela desintrução de não-índios)), no nos va a quedar nada. |

De fato, a história dos peruanos da fronteira é semelhante à história dos próprios brasileiros, e o trabalho também é uma característica que os marca. Os peruanos vieram para Pacaraima, atraídos pelo lucrativo comércio com a Venezuela, em busca de trabalho para garantir o seu sustento (*eu vim para cá por necessidade, né? / yo me vine aquí por necesidad ¿no?*) e hoje, misturados aos brasileiros, estão trabalhando, lutando, como diz Carmen (*Já estou aqui e tenho que continuar lutando, né? / Ya yo estoy acá y tengo que seguir luchando ¿no?*). Os peruanos também se interam dos problemas locais e, como os brasileiros, também são tomados pelo sentimento de insegurança por conta da questão fundiária (*Não existe segurança! / ¡No hay seguridad!*).

3.1.2.2 A identidade venezuelana

A presença venezuelana em Pacaraima é vista pelos entrevistados brasileiros como sendo essencial, visto que é o turista do país vizinho que garante a vitalidade da atividade comercial na cidade e é exatamente por esta razão, como já dito anteriormente, que o comércio é planejado para esse público.

Mas o trabalho de construir um comércio para a outra nacionalidade não significa apenas representar a brasilidade, fazendo-a diferente e melhor, de modo a estabelecer fronteiras e legitimar a positividade que se atribui ao Brasil. Na verdade, mesmo esta atividade, requer sutileza e diplomacia, para que não implique no insucesso de uma segunda tarefa que também cabe ao comerciante da fronteira: agradar o turista/cliente venezuelano. O comércio, portanto, é estrategicamente resultado de uma combinação de símbolos que narram uma brasilidade amistosa, que celebra a presença do outro.



Figura 6 – A Venezuela representada no comércio²⁶

A foto mostra a parte lateral de uma loja do comércio de Pacaraima. À primeira vista, para um brasileiro, o que saltam aos olhos são os símbolos que representam o Brasil, e talvez apenas eles fossem notados. Mas um venezuelano, além de atentar para os elementos sobressalentes apresentando o Brasil, certamente perceberia as cores da sua bandeira (amarelo, azul e vermelho) nos degraus da escada que leva ao estabelecimento.

As expressões de brasilidade retratadas na imagem poderiam parecer um tanto quanto exageradas, mas se atentamos para o contexto (o comércio de uma cidade brasileira), uma leitura que se faz possível é que se trata de uma loja brasileira que assinala a presença estrangeira. As cores da bandeira venezuelana, entretanto, estão dispostas abaixo dos elementos que representam o Brasil, o que sugere superioridade dos símbolos brasileiros, que, além da posição privilegiada, são numerosos e ricos em detalhes. Há, portanto, de modo muito sutil, um Brasil soberano, mas também cordial.

O fato é que são os venezuelanos os compradores majoritários do comércio, e mesmo a atribuição de prestígio à representação do Brasil, em última

²⁶ Fonte: T. Campos, janeiro de 2009.

instância, é ao venezuelano que se deve dar atenção. Valter, comerciante de Pacaraima há 12 anos, comenta:

Excerto 18

P.:	Como é o cliente venezuelano, como é que o senhor vê o cliente venezuelano?
Valter:	A gente tem que suportar, né?... eles aqui. Porque nós depende muito deles. Eles num faz muito caso da gente, agora nós... como nós vivemos aqui mais... / o nosso município é menor, é pequeno, né? Porque, por exemplo, se os venezuelanos deixarem de vir aqui, acabou Pacaraima.

Não há outra opção a não ser “suportar” o venezuelano, já que se depende dele (*nós depende muito deles*). Agüenta-se, tolera-se, atura-se, suporta-se aquilo que não é bom, aquele de quem não se gosta, mas não há outra saída, não há escapatória, é imperioso, *tem que suportar*.

Valter coloca Pacaraima em situação de dependência, deixando transparecer a fragilidade da cidade, cujo fôlego vital é apenas o outro (*se os venezuelanos deixarem de vir aqui, acabou Pacaraima*), aquele que não é familiar, aquele que não se deseja. A debilidade evocada por Valter faz lembrar a frágil identidade brasileira da fronteira, apontada por vários outros participantes da pesquisa. Para Valter, Pacaraima é apenas um pequeno município (*o nosso município é menor, é pequeno*), tão menor quanto a sua própria força. É preciso, portanto, agüentar essa outra nacionalidade, muito embora, segundo Valter, eles, os venezuelanos, não façam *muito caso da gente*²⁷.

Vale acrescentar que a estranheza que se produz entre brasileiros e venezuelanos é resultado mesmo do contexto em que se encontram. É principalmente a identidade venezuelana que é contrastada com a brasilidade. Antes mesmo da construção simbólica de fronteiras, processo no qual se

²⁷ Convém atentar para o fato de que Valter possui dupla nacionalidade (brasileira e venezuelana), embora jamais se declare venezuelano. É o que acontece com Jair, que também não se sente venezuelano, apesar de ter dupla nacionalidade. A seguir, apresento uma fala de Jair e menciono esta questão. Na seção seguinte, também abordo a questão da fidelidade à identidade nacional brasileira.

produzem diferenças, há o espaço fronteiriço concreto, vigiado pelo poder bélico dos exércitos, que monitoram constantemente o que é permitido e o que não pode ultrapassar a linha que separa os dois países, como bem lembram Cunningham e Heyman (2004).

No excerto a seguir, Jair e José falam das discrepâncias entre brasileiros e venezuelanos:

Excerto 19

- | | |
|-------|--|
| P.: | E o senhor gosta, o senhor acha a Venezuela legal? |
| Jair: | Não, a Venezuela... Venezuela é bom pra você ganhar dinheiro. Pra nós ganhar dinheiro, sabe? Porque nós brasileiro somos trabalhador, nós temos coragem de trabalhar. Eles são preguiçosos. Os venezuelano mesmo daí de dentro são preguiçosos... pra trabalhar. |
| P.: | O que o senhor acha disso, seu José? |
| José: | É, eles num são mesmo, num são bem corajoso, não. |
| Jair: | Agora comer, eles comem muito, vixi! Por exemplo, se eu chegar lá, botar uma churrasqueira. Nossa, enche de fila porque qualquer comida brasileira eles gosta demais. Porque nós sabe fazer. |

A primeira oposição que se estabelece entre brasileiros e venezuelanos diz respeito à disposição para o trabalho, que como dito anteriormente, é justamente o traço cultural que se destaca no processo de construção da identidade brasileira, como sendo marca de brasilidade. O oposto do brasileiro, que é **trabalhador**, é exatamente o venezuelano, que é **preguiçoso**. Estabelece-se, dessa forma, uma oposição de ordem simbólica, análoga à fronteira que se coloca em uma realidade concreta, onde é possível enxergar os venezuelanos no outro lado da linha divisória de fronteira, em oposição aos brasileiros.

Mas para Jair, preguiçosos são os “**venezuelano mesmo**”, assinalando que ele, que tem dupla nacionalidade, está excluído deste grupo, não pode ser considerado um preguiçoso, pois não é um “autêntico” venezuelano. Para ele, o **venezuelano mesmo** é aquele **de dentro**. Como muitos pacaraimenses, Jair se refere

ao lado oposto da fronteira, ao território estrangeiro, como sendo o lado “de dentro”. Assim, para Jair, apenas aqueles que nascem (e vivem) na Venezuela, os *de dentro*, é que são considerados os autênticos venezuelanos (*venezuelano mesmo*) e são estes, os preguiçosos, que se opõem aos brasileiros, aos trabalhadores.

A condição de trabalhador indica ainda, que o brasileiro tem coragem (*nós temo coragem de trabalhar*). Se voltamos à narrativa elaborada pelos brasileiros da fronteira no processo de (re)construção de sua identidade, entendemos que um dos sentidos do trabalho parece ser a luta pela sobrevivência e, para lutar, é preciso ter coragem. Não havia bem algum que tornasse cômodo o momento da chegada na fronteira, mas foi a coragem de lutar para sobreviver, que garantiu aos brasileiros, crescimento e vitória. Negar que os venezuelanos tenham coragem, como faz José (*num são bem corajoso, não*), é também excluí-los da história que inaugura a (re)construção identitária brasileira da fronteira, assinalando que os venezuelanos não tomam parte neste processo.

Ganhar a vida na Venezuela parece fácil para os brasileiros (*Venezuela é bom pra você ganhar dinheiro. Pra nós ganhar dinheiro*), pois são competentes no que fazem (*nós sabe fazer*) e os próprios venezuelanos reconhecem o seu trabalho (*qualquer comida brasileira eles gosta demais*). Enquanto o Brasil parece se sobressair graças à labuta árdua e eficaz de seus cidadãos, a Venezuela é representada como o país cujos cidadãos tiram proveito do empenho alheio (*comer, eles comem muito, vixi!*). Há, portanto, uma constante enumeração de características que se colocam de modo antagônico frente a outras tantas, estabelecendo-se constantemente as oposições binárias, onde a diferença é construída negativamente, de modo a excluir o outro (WOODWARD, 2007). Ser venezuelano, enfim, é ser exatamente o oposto de ser brasileiro.

3.1.3 Uma alternativa à brasilidade em crise

A questão fundiária na fronteira, como já assinalado, preocupa grandemente os moradores da cidade de Pacaraima, principalmente porque quase

toda a população da área urbana é não-índia, sendo proveniente de outros estados do Brasil. Os trabalhadores mais antigos do comércio são também os que moram há mais tempo na cidade, aqueles que contribuíram significativamente para a formação de Pacaraima, ao mesmo tempo em que construíam suas próprias vidas, enraizando-se na fronteira.

Para muitos comerciantes, a iminência de sua saída da cidade, em terra indígena, parece mais concreta, pois foram eles os primeiros moradores que receberam intimações para desocupação da região.²⁸ São os trabalhadores do comércio, os primeiros brasileiros não-índios a lutarem judicialmente por sua permanência na cidade.

Em uma reunião na Associação Comercial e Empresarial de Pacaraima da qual participei, a instável situação na qual vivem os comerciantes da fronteira em decorrência da questão fundiária, foi novamente posta em pauta. Rosa fala das intimações para a desocupação da área, recebidas por comerciantes da fronteira:

Excerto 20

Rosa:	Há cinco anos atrás começou a chegar as intimações, chegaram com intimações ((INC)) com pessoas (INC)). (...)
Rosa:	A preocupação da gente é justamente esta, no momento em que a FUNAI bater o martelo, consegue bater o martelo pra um, aí vem, coloca a plaquinha aqui, “Reserva São Marcos”, aí... é igual uma ((INC)), que nem jogo de dominó, porque abre precedente.

Talvez seja possível dizer, pelo contexto em que se encontram os comerciantes, que são eles os que se mostram mais temerosos quanto à questão fundiária e por esta razão, buscam uma saída para o problema. Matilde, que está há 13 anos vivendo na fronteira, fala sobre a alternativa encontrada:

²⁸ Até o momento em que estive na região de fronteira realizando a pesquisa aqui relatada, nenhuma outra classe de moradores da cidade havia recebido intimações para desocupação da área.

Excerto 21

Matilde:	Eu mesmo, pelo menos, eu vou trabalhar na Venezuela. Depois que passar a Semana Santa, eu vou pra Venezuela.
P.:	A senhora vai lá? Trabalhar lá?
Matilde:	Vou, vou trabalhar lá.

É natural que Matilde substitua o verbo “viver”, que talvez fosse mais adequado para se referir a uma mudança do país onde se mora - que é o que de fato se pode aferir, pelo contexto da conversa - pelo verbo trabalhar (***eu vou trabalhar na Venezuela***), pois para o brasileiro da fronteira, como já dito, a vida sempre significou trabalho. E para a identidade nacional brasileira, não há tempo a perder, não há trabalho a perder. Matilde, por isso, afirma que vai apenas esperar o término da alta temporada, quando realmente há afazeres no comércio, para mudar de país (***Depois que passar a Semana Santa, eu vou pra Venezuela***).

Mas a alternativa encontrada por Matilde - deixar o seu país de origem -, não parece ser a mesma opção de outros brasileiros, o que é revelado pela expressão ***Eu mesmo, pelo menos... eu vou trabalhar na Venezuela***. Não há acordo coletivo algum que legitime a sua decisão; esta é tomada individualmente. É como se ela decidisse abandonar o campo de batalha antes da hora, declarando precocemente a falência da identidade nacional no lado brasileiro da fronteira.

Matilde, que já experienciou viver em outros países hispânicos, sabe que não há aconchego em território alheio,²⁹ mas mesmo assim, talvez seja melhor viver no outro lado da fronteira, do que provar o que lhe parece ser a amarga insegurança de um futuro incerto. Matilde leva, no entanto, a identidade nacional consigo, afinal, não há como deixá-la: Matilde vai *trabalhar* no estrangeiro, vai ser brasileira em outro país. Vai para a Venezuela, mas não se tornará *preguiçosa* como os venezuelanos. O hábito de trabalhar e a brasilidade, portanto, parece se colocarem de forma indissociável, tornando-se algo impregnado, como que fazendo parte da natureza essencial do sujeito. Comprova-se aqui também, a

²⁹ Refiro-me à fala de Matilde no excerto 14 deste capítulo.

validade do argumento de Haesbaert (2002): as identidades sociais não estão restritas a um único espaço geográfico, a um único território concreto.

Mudar para o país vizinho, também é a alternativa encontrada por Jair:

Excerto 22

Jair:	Eu sou brasileiro e... e tirei a, a nacionalização da Venezuela, que eles tava cedendo pra todo mundo, né? Aí eu fui e peguei também porque... eu pensei logo, aqueles negócio que é dos índios aqui, que todo mundo falando que ia tomar, era dos índio, que era dos índio..., aí, aí eu falei: bom, eu vou tirar logo essa cédula venezuelana, do lado de lá, porque o dia que eles tomar aqui eu vou pra lá, pro... pro, pro... vou pra Venezuela.
-------	---

Já no início da fala, Jair ressalta a sua brasilidade (*Eu sou brasileiro*), como que para ratificar a fidelidade à identidade brasileira, mesmo que acrescida de uma outra *nacionalização*. Na verdade, a nacionalidade venezuelana, ao contrário da tão venerada brasilidade, não parece ser alvo de cobiça, pois nas representações de Jair, adquirir a *nacionalização* do outro país é tão fácil (*eles tava cedendo pra todo mundo, né? Aí eu fui e peguei também...*) quanto a própria vida dos venezuelanos, que, *preguiçosos*, aproveitam-se do fruto do trabalho alheio.³⁰ Assim, semelhante a Matilde, Jair, ao mesmo tempo em que explicita seu plano de deixar o país, declara a sua fidelidade para com a identidade brasileira. Como menciona Cucho (2002), a identidade nacional sempre impôs como condição essencial, a fidelidade exclusiva, sem possibilidade alguma de paridade entre as nacionalidades.

Mas Jair é tomado pelos rumores de muitas vozes ressoando em seus ouvidos (*todo mundo falando*), que repetidamente, com a mesma sentença, ou com frases diferentes (*aqueles negócio que é dos índios aqui, que todo mundo falando que ia tomar, era dos índio, que era dos índio...*), profeririam uma única mensagem: o território não é seguro, vão nos tirar daqui. Mesmo não sendo a nacionalidade

³⁰ Faço referência ao que comentei acerca de outra fala de Jair, reproduzida no excerto 19 neste capítulo.

venezuelana algo apreciado e tampouco havendo admiração alguma pelo país vizinho, Jair opta por passar para o outro lado da fronteira (*vou pra Venezuela*), ser de nacionalidade venezuelana (*vou tirar logo essa cédula venezuelana*), afinal, é só o que se pode fazer, na sua concepção.

Ao que parece, as muitas vozes nos ouvidos de Jair o fizeram crer na vinda de um futuro indesejado, já construído em suas representações. Mas ao contrário de Matilde (*Depois que passar a Semana Santa, eu vou pra Venezuela*), Jair não pensa em abandonar o Brasil antes que isso se torne absolutamente inevitável: ele só se vê agindo dessa maneira, se coagido (*porque o dia que eles tomar aqui eu vou pra lá, pro... pro, pro... vou pra Venezuela*).

3.2 As línguas do comércio de Pacaraima

Nesta seção, apresento a situação sociolingüística do comércio da cidade de Pacaraima. Nas subseções, focalizo o modo como os participantes da pesquisa representam o português e o espanhol (e suas diferentes variedades), bem como a mescla linguística presente no contexto.

Como já mencionado anteriormente, a população que compõe a área comercial da cidade de Pacaraima é formada quase que totalmente por não-índios provenientes de diversos estados do Brasil, sobretudo da região Nordeste³¹. É evidente, portanto, a predominância da língua portuguesa no comércio, uma vez que quase todos os trabalhadores que nele atuam são falantes nativos do português.

Também fazem parte do comércio, embora em número menor, os hispânicos que moram em Pacaraima, falantes nativos do espanhol. Dentre eles, foi possível observar dois comportamentos linguísticos distintos, aqui ilustrados nas falas de Carmen e Esteban:

³¹ Embora Pacaraima esteja localizada em reservas indígenas já homologadas, vale lembrar que a população indígena está concentrada quase que totalmente na área rural do município de Pacaraima. Os poucos indígenas moradores da cidade são falantes nativos de português ou, pelo menos, são proficientes nesta língua.

Excerto 23

- | | |
|---------|--|
| P. | A senhora tem filhos? |
| Carmen: | Tengo dos. |
| P. | Dois meninos? |
| Carmen: | No, un menino y una niña. Pero son pequeños. |
| P. | E eles estudam? |
| Carmen: | Sí, allá en la escuela xxxx ((aponta para a escola)) |
| P. | E que língua eles falam? |
| Carmen: | Só portugués. Creo que es por la escuela, ¿no? |
| P. | Seus filhos não falam espanhol? |
| Carmen: | No, no <i>falam</i> . |

Por diversas vezes conversei com Carmen em português ou em espanhol, mas independente da língua que eu utilizasse, ela sempre me respondia da mesma maneira: em espanhol, com alguns poucos empréstimos lexicais do português. Parei para observá-la em conversas com outros interlocutores e pude notar um comportamento linguístico semelhante àquele adotado nos diálogos comigo. É curioso notar, ainda, que os falantes de língua portuguesa observados em conversas com Carmen - todos comerciantes brasileiros de Pacaraima - também procediam de modo similar ao meu: compreendiam a língua da peruana e naturalmente se expressavam em português. Ao que parece, o acordo linguístico que se estabelece nas conversas entre comerciantes brasileiros e peruanos não falantes do português, no qual prevalecem ambas as línguas, é absolutamente confortável³².

Toda a família de Carmen (marido e filhos) veio do Peru em 2004. O casal trabalha no comércio e os filhos estudam em uma escola de ensino fundamental da cidade. Embora Carmen e seu marido não falem português - conforme eu pude constatar - este é o único idioma que seus filhos falam, como bem afirma a própria

³² Cabe esclarecer que este tipo de situação onde se encontram comerciantes brasileiros e peruanos que não falam o português, ocorre muito comumente no cenário comercial de Pacaraima. Em todos os episódios que observei, houve compreensão mútua.

mãe (*Só português*). É provável que nessa família, o acordo linguístico estabelecido entre pais e filhos seja semelhante àquele adotado frente aos demais falantes de língua portuguesa: cada interlocutor compreende a língua do outro e utiliza a sua língua materna para se expressar.

Carmen acredita que a escola é a responsável por fazer de seus filhos falantes monolíngues em português (*Creo que es por la escuela, ¿no?*), embora certamente ela esteja ciente de que na instituição escolar que seus filhos estudam, o espanhol está presente no currículo³³. A fala de Carmen sugere, assim, não apenas a crença na assimilação do português como língua materna viabilizada pela escola, mas a incredulidade perante o ensino de língua espanhola no ambiente escolar e mesmo a impossibilidade de manutenção deste idioma por causa da escola.

Apresento, a seguir, a fala do peruano Esteban:

Excerto 24

P.	Qual a língua que você mais fala? Português ou espanhol?
Esteban	Varia, de <i>acuerdo a la situación</i> , né?
P.	Ah, tá. Em que situação você usa português?
Esteban	É... se eu estou com um cara que fala espanhol, eu falo espanhol <i>directo</i> , né? Se eu falo com você, né? Eu falo mais o português. (...)
P.	Hum... Com o pessoal aqui do lado, você fala... por
Esteban	tuguês? Português, né?
P.	Hum... entendi.

Esteban já mora em Pacaraima há 10 anos e é falante de português. Como se pode perceber, o peruano utiliza uma ou outra língua, conforme a situação de fala em que se encontra (*de acuerdo a la situación*). Note-se, entretanto, que em

³³ Conforme mencionei na introdução deste trabalho, todas as escolas da cidade de Pacaraima, de ensino fundamental e médio, possuem o espanhol como língua estrangeira no seu currículo.

nenhuma das duas ocasiões - quando o interlocutor fala espanhol ou quando fala português – Esteban julga ter autonomia para escolher em que idioma se expressar. A língua a ser utilizada na conversa é sempre determinada pelo outro interlocutor. Quando pergunto que língua o peruano utiliza para falar com os comerciantes brasileiros que trabalham ao lado de sua loja, prontamente ele responde: *Português, né?*. Embora Esteban esteja ciente de que seus vizinhos compreenderiam sem problemas uma fala em espanhol, o peruano parece entender que a opção pela língua portuguesa é óbvia – o que é percebido pela expressão ao final da resposta (*né?*) -, como se fosse a única escolha possível para dialogar com os brasileiros. Por ser falante da língua portuguesa, Esteban agora se depara com situações em que julga conveniente falar nesta língua, não se sentindo mais autorizado a utilizar o espanhol, sua língua materna, entre os brasileiros, nem mesmo nas situações em que seria compreendido.

Esteban é casado com uma mulher também peruana e tem duas filhas, ambas nascidas em Pacaraima. Pergunto sobre a língua de suas meninas:

Excerto 25

P.	Que língua as suas filhas falam?
Esteban	Fala por/ fala espanhol e fala português.
P.	É? Mas elas falam mais o quê? Ou elas falam os dois?
Esteban	Português.
P.	Falam mais português?
Esteban	É.
P.	Mas você com elas, você fala o quê?
Esteban	Espanhol pa elas aprender, né? ((Esteban ri))

Ao responder a minha pergunta inicial, a primeira língua que surge na mente de Esteban é o português, mas ele se auto-corrigue e cita primeiramente o espanhol (*Fala por/ fala espanhol e fala português*). Uma leitura que se pode fazer deste corte sintático, é que o peruano tenta resistir à primazia da língua portuguesa no repertório linguístico de suas crianças. Quando pergunto em que

língua Esteban se dirige às suas filhas, o peruano denuncia novamente a sua tentativa de conferir vitalidade ao espanhol, buscando transmiti-lo à sua descendência, o que revela que suas filhas ainda estão no estágio de aprendizagem deste idioma (*Espanhol pa elas aprender, né?*). Cabe ressaltar que a filha mais velha de Esteban tem 5 anos de idade e está iniciando o período de socialização escolar. A caçula, com 4 anos, aguarda por uma vaga em uma instituição escolar da cidade. É provável que a introdução formal do português na escola influencie fortemente o repertório lingüístico das filhas do casal peruano, o que leva a pensar que as meninas de Esteban, a exemplo das crianças de Carmen, provavelmente serão bilíngües passivos – falarão português, mas entenderão espanhol.

Como foi possível observar a partir das falas de Carmen e Esteban, a exemplo do que ocorre no contexto escolar³⁴, a língua dos peruanos, por ser minoritária no comércio, é “sufocada” pela hegemonia do português. É evidente, no entanto, que o comportamento de peruanos como Carmen, que não fala português, não seria sequer admitido no ambiente controlador e disciplinador da escola.

O comércio de Pacaraima é ainda composto por venezuelanos, que conforme vimos, formam o grupo de compradores majoritários. São eles os turistas que enchem Pacaraima em épocas de alta temporada, propiciando o sustento da atividade comercial na cidade. Diante do venezuelano, a língua espanhola coloca-se como uma necessidade. A postura linguística dos comerciantes brasileiros frente a essa nacionalidade diverge daquela adotada perante os peruanos. A seguir, exponho a fala de Matilde, a piauiense que trabalha com confecções no comércio pacaraimense:

³⁴ Refiro-me à presença do espanhol venezuelano no contexto escolar de Pacaraima, mencionado na introdução deste trabalho.

Excerto 26

P.	Em que situação a senhora fala, a senhora tenta falar espanhol, a senhora fala espanhol?
Matilde	Ah, mas eu tento eles entender, né? ((tenta fazer com que os venezuelanos compreendam a sua fala))
P.	Tenta, né?
Matilde	Eu DObro a língua também já.
P.	Em que situação a senhora usa mais o espanhol?
Matilde	Ah... com eles mesmo.
P.	Só com eles?
Matilde	Só com eles mesmo.

Apesar de denunciar que não se expressa com desenvoltura na língua do venezuelano (Ah, mas eu tento eles entender, né?), Matilde mostra-se extremamente preocupada em se fazer compreender e, por esta razão, esforça-se para falar a língua do outro (Eu DObro a língua também já). É, portanto, o público venezuelano que fomenta no falante nativo de língua portuguesa a mudança (ou pelo menos a tentativa) do seu código linguístico (Só com eles mesmo). Há que se considerar o interesse por trás desta postura adotada diante do interlocutor venezuelano: Matilde precisa fazer-se compreender, pois é através de uma comunicação bem sucedida que ela venderá seus produtos.

A amazonense Maristela, que já vive em Pacaraima há 08 anos e também comercializa confecções, fala da importância do espanhol no contexto comercial:

Excerto 27

Maristela	Tem que saber o nome dos objeto, da mercadoria... como, como eles.../ quando eles chega tem que falar: <i>a la ordem, adelante</i> , né?
P.	Hum, tá certo. Aí a senhora usa espanhol com eles, né?
Maristela	Aí tem que saber o objeto das coisa em espanhol, pra falar pra eles, né?
P.	Humhum

Maristela elenca alguns dos elementos linguísticos que julga necessário conhecer (*o nome dos objeto, da mercadoria.../ a la ordem, adelante*). É um conhecimento de língua absolutamente contextualizado, que satisfaz uma necessidade prática e imediata, puramente comercial. O repertório linguístico que se exige no comércio é, assim, pequeno e limitado, o suficiente para estabelecer uma rápida comunicação com o venezuelano em uma situação de compra e venda, como bem afirma Maristela (*tem que saber o objeto das coisa em espanhol, pra falar pra eles, né?*).

No comércio da cidade de Pacaraima, a língua dos venezuelanos é, portanto, apenas uma ferramenta utilizada para viabilizar as relações comerciais entre os brasileiros e seus clientes do país vizinho, uma *língua veicular*, aquela “utilizada para comunicação entre grupos que não têm a mesma primeira língua” (CALVET, 2002), como resposta que a prática social confere ao problema ocasionado pela situação de encontro desses grupos.

Com a moeda venezuelana cada vez mais desvalorizada, a área comercial da cidade torna-se menos freqüentada em períodos de baixa temporada. Quase não aparecem consumidores venezuelanos moradores de *Santa Elena de Uairén*, a cidade do outro lado da fronteira. Trago a fala do Maranhense José, que há 12 anos acompanha as temporadas do comércio local. A conversa ocorreu em um período de baixa temporada:

Excerto 28

José	A gente era mais desenvolvido com eles, mas agora esses dia, agora ficou meio difícil, com o câmbio meio ruim, eles se afastaram um pouco porque....
P.	Humhum... Mas no comércio, que língua que t
José	em / Não, agora é só nós mesmo... De vez em quando aparece um cara aí ((um cliente venezuelano)), a gente pergunta o que ele quer... (...)
José	Do jeito que tá fraco agora pra comércio, num vem gente aqui, é pouco. Já teve muito bom aqui, todo dia a gente tinha experiência com eles ((os

	venezuelanos)), a gente sempre tava vendo eles, mas agora, com esse câmbio alto... eles quase não vêm pra cá.
P.	Ah, entendi. Aí quase não se fala espanhol?
José	É. Fica só na língua nossa mesmo. Olha, aqui mesmo tem muito peruano, mas os peruano aqui, quase todos eles fala quase do jeito brasileiro mesmo.

José condiciona o encontro entre brasileiros e venezuelanos à situação econômica na fronteira. Em sua narrativa, ele fala de um tempo em o comércio era próspero (*Já teve muito bom aqui*) e a convivência com os venezuelanos era frequente (*A gente era mais desenvolvido com eles / todo dia a gente tinha experiência com eles / a gente sempre tava vendo eles*). O comerciante faz um contraste com os tempos atuais, quando se observa a baixa cotação da moeda venezuelana, que dificulta o convívio entre ambas as nacionalidades (*com o câmbio meio ruim, eles se afastaram um pouco / tá fraco agora pra comércio, num vem gente aqui / com esse câmbio alto... eles quase não vêm pra cá*).

É evidente que a baixa cotação da moeda venezuelana instaura a crise no comércio local, pois os clientes do país vizinho perdem o seu poder de compra, afastando-se do território brasileiro, e o espanhol venezuelano perde a sua funcionalidade. Nos períodos de baixa temporada, esta situação é bastante evidente. Como fala José, restam apenas os brasileiros (*agora é só nós mesmo / Fica só na língua nossa mesmo*) e os peruanos, quase todos falantes do português (*quase todos eles fala quase do jeito brasileiro mesmo*).

Vale atentar para o forte vínculo que José estabelece entre língua e nacionalidade ao julgar que falar em português é falar *do jeito brasileiro*. Dessa forma, José confere proximidade entre os brasileiros e peruanos, uma vez que enxerga que estes últimos comportam-se linguisticamente quase do jeito brasileiro. O fato é que o *jeito brasileiro* de falar é hegemônico no contexto comercial da cidade de Pacaraima. É possível deduzir que com a queda da moeda do país vizinho, a necessidade, e a presença, do espanhol venezuelano seja maior em períodos de alta temporada e talvez só nessas ocasiões, os brasileiros se

aventurem a deixar em suspenso o português, para conferir vitalidade à língua estrangeira.

Outras representações dos participantes da pesquisa acerca das línguas do mundo hispânico e de seus usos serão desenvolvidas mais adiante. Antes, porém, procedo à apresentação, no tópico a seguir, das representações construídas pelos comerciantes brasileiros de Pacaraima acerca da língua predominante no comércio: o português.

3.2.1 Representações acerca da língua portuguesa

A análise dos dados gerados para a pesquisa que serviu de base para esta dissertação indicou que os comerciantes investigados constroem representações diversas do português. No que segue, discuto essas diferentes representações.

3.2.1.1 O prestígio atribuído à língua portuguesa

Em uma das representações construídas pelos comerciantes de Pacaraima, a língua portuguesa aparece como um traço cultural extremamente positivo, valorizado, como atesta a fala de José reproduzida a seguir.

Excerto 29

P.	Mas aqui no comércio, assim, qual é o idioma mais importante que o senhor acha que tem?
José	Bom, o mais importante é o nosso brasileiro.

Mesmo sendo o espanhol a língua utilizada como ferramenta de trabalho, aquela que viabiliza as relações comerciais, como visto anteriormente, para José, o idioma mais importante falado no comércio de Pacaraima é **o nosso brasileiro**. Novamente, a utilização do adjetivo pátrio “brasileiro” para designar “língua portuguesa” sugere uma forte vinculação entre nacionalidade e o conceito de

“língua nacional”. O Estado-Nação, é sabido, utilizou-se da estratégia de privilegiar um único idioma, elevado à categoria de língua nacional, a fim de difundir a idéia de homogeneização cultural, pois a língua, não apenas possui um valor simbólico, mas é um eficiente traço de identificação (BERENBLUM, 2003; CALVET, 2007). Dessa forma, o português, no comércio da fronteira Brasil / Venezuela, é alçado à posição de um traço intrínseco da brasilidade.

Quando se considera que, como visto nas seções anteriores, a brasilidade é, muitas vezes, extremamente valorizada em Pacaraima, é natural que para alguns de seus falantes, como, por exemplo, para José, nenhuma língua existente no comércio dessa cidade teria tanta importância.

De acordo com Jair, como podemos observar abaixo, a língua de sua identidade brasileira é melhor não apenas no comércio, mas em qualquer outro contexto:

Excerto 30

P.:	E qual é o idioma mais importante, na sua opinião?
Jair:	Português.
P.:	É o mais importante?
Jair:	É o MAis importante.
P.:	E assim...
Jair:	nem inglês num é ((tão importante)), num pega, num vai com o português, o português é diFícil, não é fácil não. NÓs acha que é fácil, mas o português é difícil.
P.:	Ah...
Jair:	ELES ((os estrangeiros)) fala isso.
P.:	Entendi.
Jair:	Pra eles aprender o português é a maior dificuldade.
P.:	((ri))
Jair:	É.

A importância da língua portuguesa é agora colocada em no cenário linguístico mundial e Jair faz questão de ressaltar a extrema importância do idioma

que marca a sua identidade brasileira (*Português... é o MAis importante*), mesmo quando comparada à língua inglesa que, na sua representação, parece possuir grande prestígio.

A importância e o valor atribuídos à língua portuguesa são justificados pela dificuldade sentida pelos estrangeiros que se propõem a aprendê-la (*Pra eles aprender o português é a maior dificuldade*). Jair, assim, assinala que, da sua perspectiva, não é simples saber se comportar como um brasileiro: observe-se aqui, o uso da língua atuando como um mecanismo de exclusão da outra nacionalidade. Esse mesmo mecanismo de exclusão, no entanto, serve para também marginalizar no interior da própria identidade nacional, como veremos a seguir.

3.2.1.2 Da minha língua boa à língua que não é minha

Helen, uma paraense que trabalha com artesanato no comércio local, faz referência a um português que, embora *lindo, maravilhoso*, não é exatamente o que ela fala.

Excerto 31

P.:	Tu acha o português bonito?
Helen:	Eu acho lindo.
P.:	Ah, é?
Helen:	Ah, a nossa língua é maravilhosa. É claro que falta, falta melhorar muito, né?
P.:	Ah, é? Por quê?
Helen:	Assim, porque, porque assim, a gente fala/ porque o português MESmo a gente fala muito errado. Fala, né? (...) Mas eu adoro a minha língua... é a minha língua, a minha origem, né?

Note-se que, ao mesmo tempo em que Helen assevera as qualidades dessa língua que adora e que é sua de direito (*é a minha língua, a minha origem, né?*),

ela ressalta o fato de que o que ela fala não seria o português legítimo (*porque o português MESmo a gente fala muito errado*). O português de prestígio é uma língua inacessível, é o português que lhe falta. Assim como a identidade nacional valorizada é a nacionalidade de muitos, mas que não é acessível aos pacaraimenses, também a língua nacional a qual se atribui importância, é aquela que não é a língua falada localmente.

A desvalorização da variedade local da língua portuguesa pode ser percebida em várias instâncias, tais como na que segue:

Excerto 32

Maristela:	O português das capitais é diferente. Por quê? Porque nas / por exemplo, em São Paulo, a gente fala de um jeito, né? Manaus fala d'outro jeito, chega aqui, o pessoal já falam meio <i>acabocado</i> , porque é interior.
------------	---

Maristela, uma amazonense que vive em Pacaraima há 08 anos, qualifica o português local como *acabocado*. O termo “caboco”, uma corruptela de “caboclo”, é utilizado, no município, para se referir às pessoas simples da região, em oposição às pessoas sofisticadas das capitais. Daí, o português de Pacaraima ser visto como um português interiorano, uma variedade de menor prestígio e valor.

Valter, de igual modo, distingue o português local do português “culto”:

Excerto 33

P.:	Qual é a língua mais fácil?
Valter:	A mais fácil pra falar?
P.:	É.
Valter:	Corretamente falando ou... como a gente fala mesmo...
P.:	É, como...
Valter:	no dia-a-dia? É o português, claro.

Para esse comerciante que trabalha com gêneros alimentícios, fácil é o português falado no dia-a-dia, mas não é a língua “correta”. O português de prestígio é difícil, portanto, não apenas para os estrangeiros, como afirmou Jair no excerto 30, mas também para brasileiros como Valter.

Mário, que está em Pacaraima há 08 anos, é um maranhense que se dedica ao comércio de confecções e miudezas. Vejamos a sua opinião sobre a língua dos brasileiros.

Excerto 34

Mário:	O português é bom, é bonito, tem muitas palavra boa, você tem que saber as palavra. Quem é/ como diz o outro, quem estudou mais, tem mais estabilidade de... de emprego, né?
--------	--

Na percepção de Mário, o português é uma língua bela e que dispõem de muitos recursos (*tem muitas palavra boa*). No entanto, nem todos dominam essa língua que é tão boa, uma condição (*você tem que saber as palavra*) vista como necessária no mercado de trabalho e à qual só tem acesso *quem estudou mais*. Assim, a língua possibilita o trabalho, o qual, como já dito, é parte integrante do “ser brasileiro”, embora saibamos que nesse contexto de fronteira, é o espanhol a língua necessária para se estabelecer as relações comerciais. Vale salientar, conforme aponta Berenblum (2003), que a introdução da língua portuguesa no Brasil, ainda sob o domínio do Estado-Nação português, foi viabilizada através das redes de ensino, que tradicionalmente funcionaram como elementos de sua difusão (e instrução). Assim, o processo de construção da nação brasileira utilizou-se da escola como instância autorizada para instituir uma única variedade linguística como legítima.

3.2.2 Representações acerca das línguas do mundo hispânico

No que segue, analiso as representações construídas pelos comerciantes brasileiros acerca das variedades da língua espanhola existentes na área comercial da cidade de Pacaraima.

3.2.2.1 O espanhol como língua internacional

Os excertos a seguir são evidências de que o espanhol, na representação de Jair, adquire prestígio e legitimidade quando elevado à condição de língua internacional.

Excerto 35

P.:	O senhor acha importante saber falar espanhol?
Jair:	Acho.
P.:	O senhor {
Jair:	acha que é importante saber falar espanhol?
	Claro! Você falar espanhol... você pode olhar que tem muitos países que <i>habla</i> só espanhol. Você pode olhar que tem é MUltos. Tem uns vinte e tantos países, que só que eu sei, Equador, México, éh... como é que fala?, éh... Colômbia..., esses lugar tudo é espanhol.

A importância do espanhol para Jair reside no fato de que é a língua nacional de diversos países: sabê-la possibilitaria o trânsito por *vinte e tantos países*. É curioso observar o uso do termo “hablar” no enunciado *você pode olhar que tem muitos países que habla só espanhol*. Empréstimos linguísticos dessa natureza foram encontrados apenas quando o tópico da conversação era referente ao mundo hispânico, sobretudo a questões linguísticas. Quando a conversa girava em torno da identidade brasileira ou da língua portuguesa, o uso de empréstimos não foi observado.

Também para Helen, a língua espanhola como língua universal é muito importante, está *em primeiro lugar* no rol das línguas estrangeiras:

Excerto 36

Helen:	Eu digo assim, em primeiro lugar, o espanhol porque o espanhol, ele, ele é uma língua universal. Se você for na, na, na... na Europa, você fala espanhol e as pessoas entendem. Porque, sabe por quê? Eu tiro isso porque é assim, muitos europeus, éh... você que trabalha com artesan/eu que trabalho com artesanato /muitos europeus que chegam perto de você falam o espanhol. Tá entendendo? Falam o espanhol. É por isso que eu digo que é uma língua universal. O, o, o, o... a América Latina todinha fala espanhol praticamente, né?
P.:	Humhum.
Helen:	Então, o europeu fala espanhol, por isso que eu acho a língua ((estrangeira)) mais importante é o espanhol, segundo o inglês.

Não apenas *a América Latina todinha fala espanhol praticamente*, mas também *muitos europeus* o fazem, o que torna essa língua muito produtiva no comércio local, mais até do que o inglês, já que o número de turistas falantes desta língua é consideravelmente menor em Pacaraima. O espanhol é o idioma estrangeiro que operacionaliza a atuação de Helen como artesã, daí o prestígio adquirido pela língua espanhola no âmbito internacional.

Mas nem sempre as representações acerca da língua espanhola são tão positivas, como é possível perceber no tópico que se segue.

3.2.2.2 O espanhol “de longe” versus o espanhol da fronteira

De um modo geral, observou-se que os participantes da pesquisa atribuem valores diferentes às variedades do espanhol existentes na fronteira e às variedades dessa língua utilizadas em regiões geográficas mais distantes de Pacaraima. As falas de Socorro e Maristela transcritas abaixo evidenciam essa diferença de valor.

Excerto 37

Socorro:	Quando eles ((os venezuelanos da capital)) estão falando assim rápido, que a gente não entende quase nada quando eles...
Maristela:	humhum
Socorro:	Tem deles, os lá de dentro mesmo, né, Maristela?... quem vem de longe, eles fala rápido assim, né? Que a gente...((quase não entende))
Maristela:	Aqui, por exemplo, o espanhol de Santa Elena é <i>acabocado</i> , né?
P.:	Hum
Maristela:	Com muita gíria, com muito palavrão, pronuncia... / e na capital, não, é um espanhol bonito.
P.:	Hum...
Maristela:	Você tá entendendo?
P.:	Entendi.

De modo análogo às representações do português que diferenciam duas variedades dessa língua, sendo a mais prestigiosa aquela que julgam inatingível (o português considerado “padrão” ou “culto”), também com relação ao espanhol, é a inacessibilidade que confere positividade a uma dada variedade. Assim, a língua pouco compreendida (*Quando eles ((os venezuelanos da capital)) estão falando assim rápido, que a gente não entende quase nada*), o espanhol de lugares mais distantes é considerado *um espanhol bonito*. A variedade de língua espanhola familiar ao contexto dessa fronteira, mais interiorana, como aquela presente em *Santa Elena de Uairén*, cidade venezuelana vizinha de Pacaraima, no entanto, é considerada como sendo um idioma *acabocado, com muita gíria, com muito palavrão*.

Valter também faz uso do critério geográfico para legitimar ou desqualificar variedades sociolingüísticas do espanhol:

Excerto 38

P.:	O senhor acha o espanhol bonito?
Valter:	Acho. O espanhol é bonito, o espanhol EM SI, agora... aqui é um dialeto, né?

P.:	O portunhol, que o senhor fala?
Valter:	Não. O idioma deles ((dos peruanos)) aí não é o espanhol, isso aí é um... castelhano.
P.:	Ah, tá. E onde é que fala espanhol?
Valter:	Lá na Espanha.
P.:	Na Espanha?
Valter:	É.
P.:	Então na Espanha realmente é...
Valter:	É espanhol.
P.:	Aqui é um dialeto que eles falam?
Valter:	É.
P.:	Hum... tá certo.... E o senhor percebe diferença entre o idioma que eles ((os peruanos)) falam e o idioma que os venezuelanos falam?
Valter:	Não, é igual, o dialeto é o mesmo.

Observe-se que para esse comerciante, só o espanhol falado *Lá na Espanha* é *bonito* e tem *status* de língua. À variedade linguística da fronteira é negado esse *status* (*aqui é um dialeto, né?*): não é espanhol, é apenas *castelhano*. Ironicamente, quando consideramos o contexto do castelhano na Espanha, observamos que ele é o idioma de maior prestígio, aquele encampado pelos ideais nacionalistas, e que hoje é denominado a língua espanhola.

3.2.3 Representações acerca da mescla linguística

Nesta seção, alguns discursos serão focalizados com o intuito de verificar as representações dos entrevistados acerca da mescla linguística. O primeiro excerto refere-se a um momento da entrevista com Helen em que lhe foi perguntado que línguas eram faladas no comércio de Pacaraima:

Excerto 39

Helen:	Ah, o portunhol é bastante usado, aqui é bastante usado, tem muito... se tu for frequentar cada uma dessas <i>tendas</i> aí, tu vai ver como é muito usado o portunhol.
--------	---

Como já suspeitava, a mescla linguística frequentemente denominada *portunhol* estaria presente no imaginário, nas representações dos comerciantes. É interessante observar que Helen não atribui nenhum juízo de valor a essa variedade geralmente tão estigmatizada por ser considerada língua impura, imperfeita (MAHER, 2007); ela apenas constata a sua existência. Observe-se, além disso, o uso do termo *tendas*: Helen apropria-se da palavra “tiendas” e a hibridiza, aportuguesando-a a partir da supressão do ditongo “ie”, típico do espanhol.

Para Jair também há uma mescla linguística no comércio:

Excerto 40

- | | |
|-------|--|
| P.: | Na sua opinião, pelo que o senhor vê, que língua que se fala aqui no comércio de Pacaraima? |
| Jair: | Aqui é portonhola, portonhola ((ele ri)). É um <i>poquito</i> de brasileiro, um <i>poquito</i> de venezuelano, né? Um pouco de espanhol e um pouquinho de português, né? |
| P.: | Ah, tá... |
| Jair: | Aí mistura, tá? Portonhol! É o que nós falamos aqui. |
| P.: | Ah... tá certo... |
| Jair: | Metade, metade, né? |

Essa mescla linguística, esse *portonhola*, seria o resultado do processo de hibridação da variedade do português e do espanhol venezuelano presentes nesse contexto (*É um poquito de brasileiro, um poquito de venezuelano, né?*). O tom de sua voz, audível na gravação, sugere que, para Jair, essa mescla não deve ser levada a sério, pois seria apenas uma excrescência linguística.

Para finalizar, recupero uma foto tirada na Rua Suapi, a principal rua do comércio de Pacaraima:



Figura 7 – A mescla linguística no comércio³⁵

No cartaz que aparece na foto, lê-se:

Churrascaria Kuxixo
Rodízio e Kilo
COMA-TE UM TORO Y PAGUE UM BISTEK

A primeira questão que se pode observar é que as duas primeiras linhas do cartaz estão escritas em uma variedade coloquial da língua portuguesa, já que a sua função é veicular informações (nome do estabelecimento e serviços oferecidos) para o público em geral. A última linha do cartaz (**COMA-TE UM TORO Y PAGUE UM BISTEK**)³⁶ está endereçada a um público mais específico: ao venezuelano, o qual, como vimos no excerto 19, é geralmente representado como

³⁵ Fonte: E. Braz, abril de 2009.

³⁶ “Coma um touro e pague um bife”.

um turista “comilão” (*Agora comer, eles comem muito, vixi!*). A questão que se coloca é: em que língua essa mensagem está escrita? À princípio, considerando o público-alvo dessa parte da mensagem, seria razoável supor que ela estivesse escrita em espanhol. Vejamos: o verbo “comer” teria se tornado um verbo reflexivo a partir do acréscimo do pronome “te” do espanhol. Ocorre que esse procedimento talvez causasse um certo estranhamento em falantes nativos dessa língua, pois os verbos reflexivos dizem respeito àquelas ações que se voltam para o próprio sujeito, tais como “vestirse”, “lavarse”, “bañarse”, etc., o que não é o caso do verbo “comer”. E ainda que fosse um artifício de uma linguagem muito coloquial, essa forma não comportaria a presença do hífen como ocorre em português quando da junção de um verbo com um pronome (vestir-se; lavar-se, banhar-se).³⁷

Mesmo que pensássemos que essa frase do cartaz estivesse escrita em um espanhol informal, a flexão dos verbos “comer” e “pagar” desautorizariam essa hipótese, uma vez que as desinências de ambos (pague / coma) indicam que as formas imperativas utilizadas referem-se à segunda pessoa formal (*usted*) e não à segunda pessoa informal (*tu*).

Temos, portanto, aqui, evidências que refutam a hipótese de que a frase havia sido escrita em um espanhol informal: se é verdade que ela contém elementos dessa língua (*toro, y*), também é verdadeiro que, em sua construção, foi empregado um recurso da língua portuguesa, o hífen, inexistente em espanhol. Trata-se, portanto, de uma mescla, de uma criação original, de uma forma híbrida forjada na fronteira.

³⁷ Há que se considerar, no entanto, que originalmente, a palavra “bistek” é escrita em espanhol, com a letra “c” (bistec/bife). Tanto em português quanto em espanhol, permite-se, contemporaneamente, a utilização da letra “k”, em textos informais, sobretudo em propagandas e anúncios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidi investigar representações acerca de línguas e nacionalidades em um contexto comercial de fronteira, as idéias pré-concebidas que conservava, não permitiam que eu, de fato, compreendesse o tamanho da complexidade de um ambiente multicultural fronteiriço. No modo como eu representava o contexto, embora estivessem presentes outras nacionalidades, que não a brasileira e a venezuelana, a totalidade das nacionalidades hispânicas juntamente com a identidade brasileira diziam respeito apenas a três formas linguísticas, a saber, o português, correspondendo à língua dos brasileiros; o espanhol, idioma de hispânicos, além, é claro, de uma forma linguística resultado da mescla entre estes dois idiomas.

De um modo geral, e ainda de forma demasiado ingênua, os preconceitos que conservava negavam a possibilidade da existência de variedades das línguas presentes no comércio. A inserção em campo, durante a atividade de pesquisa, mostrou que essas representações por mim elaboradas não faziam sentido algum, uma vez que a heterogeneidade do contexto permitia que os comerciantes da fronteira representassem línguas tão diversas quanto as próprias culturas, o que me fez enxergar a língua como a manifestação verbal de uma cultura, ou seja, como sendo a própria cultura verbalizada.

Também foi possível perceber que as tensões causadas por conta da questão fundiária colocam-se como um fator significativo na construção das representações dos comerciantes de Pacaraima. Fragilizada e em crise devido às ações afirmativas que trazem as identidades étnicas à baila, a identidade nacional brasileira mergulha em crise, o que, a meu ver, contribui significativamente na construção das representações não apenas da própria identidade e língua nacional brasileira, mas também, na representação das identidades e línguas do mundo hispânico.

Mas convém ressaltar, que os conflitos por conta da questão fundiária foram brevemente mencionados neste trabalho, pois não constituíram o foco de minhas investigações. Fiz, portanto, apenas um recorte, o suficiente para compreender as questões de pertinência deste trabalho: um esboço da cidade e do comércio, bem como as representações de brasileiros acerca das línguas e nacionalidades. Uma discussão mais aprofundada da complexa questão fundiária na fronteira teria inevitavelmente que levar em consideração inúmeros fatores que não foram mencionados neste trabalho, mas vale advertir que não se pode interpretar tal questão à maneira simplista, estabelecendo as clássicas oposições entre índios e não-índios, como se não houvesse hibridismos, cruzamentos, transculturalidade. Muitas vezes os conflitos por conta da questão fundiária em Pacaraima significam lutas religiosas; às vezes significam brasileiros (índios e não-índios) em oposição a grupos estrangeiros; em certas ocasiões, estes conflitos representam lutas entre índios e índios; etc.

No que diz respeito às reivindicações da identidade nacional, fruto do colapso das velhas estruturas da ideologia nacional, o modo como as identidades são (re)elaboradas, em uma tentativa de resgatar o prestígio dessa identidade, vai forjando um modelo original, onde traços de um passado (re)inventado são combinados novos elementos, trazendo à baila o trabalho, como traço dessa nova identidade brasileira. É curioso observar que nas representações dos brasileiros, o trabalho, traço dessa identidade nacional, ora aparece como algo dignificado pelo Estado, uma atividade nobre para o desenvolvimento do norte brasileiro, ora como um traço que nada tem a ver com a ideologia nacionalista e sim, muito mais aparentado com a nova ordem capitalista da atualidade.

Quanto às identidades hispânicas, percebe-se que estas são sempre contrastadas com a brasilidade que é desenhada no comércio, uma identidade nacional que nada tem a ver com a frágil identidade brasileira dos comerciantes da fronteira, em crise em decorrência dos conflitos locais. Como se pode observar, quando se trata de apresentar o Brasil para o estrangeiro que não o conhece, estes conflitos são sempre escamoteados.

Ainda com relação às identidades hispânicas, outra questão que também chamou atenção, foi a proximidade da identidade peruana com essa (re)elaborada identidade brasileira da fronteira, cujo traço que aparece como sobressalente na distinção entre essas duas identidades, ao que parece ser, é a língua. A identidade venezuelana, entretanto, é representada como sendo oposta à brasilidade, uma representação que corresponde à situação concreta de oposição entre os dois países, em lados opostos da fronteira.

Com relação às línguas, observa-se quão eficaz é, nesse contexto, a política de homogeneização da língua espanhola difundida no Brasil, que contribui significativamente para a construção de representações de variantes linguísticas do espanhol não legitimadas, correspondentes ao falar da fronteira ou mesmo à América Hispânica.

De um modo geral, línguas e culturas muito próximas ao contexto pesquisado tendem frequentemente a ser estigmatizadas, inclusive as manifestações linguísticas e culturais brasileiras, o que mostra o desprestígio local. Há, na verdade, uma construção de um ideal de língua e cultura sempre distantes e inatingíveis, aos quais se atribuem um valor significativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, J. S. El fenómeno portuñol practicado por comerciantes brasileños en el área de frontera Brasil – Venezuela: un estudio macro sociolingüístico. **Norte Científico**, Boa Vista, v.2, n.1, jan./dez. 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

BERENBLUM, A. **A invenção da palavra oficial**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003.

BOURDIEU, P. Language and symbolic power. Oxford: Polity Press, 1991. apud PENNYCOOK, A. Uma Língua Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

BORGES NETO, J. **Ensaio de filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRAZ, E. S. **O contato lingüístico em área de fronteira Brasil/Venezuela – o português e o espanhol nas escolas de Pacaraima**. 2004. Monografia (Especialização em Ensino/Aprendizagem de Línguas e Literaturas) – Centro de Comunicação e Letras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista/RR, 2004.

CALVET, J. **As políticas lingüísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CAVALCANTI, M. C. Um olha metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.233-252.

CÉSAR, A. L. e CAVALCANTI, M. C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007. p.45-66.

CHIZZOTTI, A. Estratégias de pesquisa – Etnografia. In: _____ **Pesquisa qualitativa nas ciências humanas e sociais**. Petrópolis: vozes, 2006. p. 65-73.

CITRINOVITZ, E. El Desafío de Enseñar y de Aprender en Escuelas de Frontera. **Revista del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación**, Buenos Aires, ano 3, n.4.1993.

COX, M. I. P. e ASSIS-PETERSON, A. A. Transculturalidade e transglosia: para compreender o fenômeno das fricções lingüístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In: In: CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2007. p.23-43.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2.ed., Bauru-SP: EDUSC, 2002.

CUNNINGHAM, H. e HEYMAN, J. Introduction: Mobilities and Enclosures at Borders. **Identities – Global studies in culture and power**. N. 11, jun/set. 2004.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.15-41.

ERICKSON, F. Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza. In: WITTROCK, M. (org.) **La investigación de la enseñanza**. Barcelona. Ediciones Paidós, 1989. p. 195-301.

FABRÍCIO, B. F. Lingüística Aplicada como espaço de desaprendizagem. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.45-65.

GRIGOLETTO, M. Leituras sobre a identidade: contingência, negatividade e invensão. In: MAGALHÃES, I. et al. (orgs). **Práticas identitárias – língua e discurso**. São Carlos-SP: Editorial Claraluz, 2006. p.15-26.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: MOITA LOPES, L. P. e BASTOS, L.C. (Orgs.) **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002, p. 29-51.

HALL, S. The work of representation. In: _____ (org) **Representation: cultural representations and signifying practices**. London: Sage Publications, 1997. p. 13-74.

_____, **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed, Rio de Janeiro: SP&A, 2006.

_____, Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva. 7.ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, p.103-133.

HAMEL, R. E. Conflictos entre lenguas y derechos lingüísticos. **Alteridades**. n. 23. mai. 1995.

HUGHES, J. Os significados da pesquisa social. In: _____ **A filosofia da pesquisa social**. Tradução de Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: 1983. p. 96-124

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas-sp: Mercado de Letras, 2007. p.67-94.

_____. Em busca do conforto linguístico no Acre indígena. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, 47(2). Jun/dez. 2008.

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007 (1920).

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa Interpretativista em Linguística Aplicada: uma linguagem como condição e solução. **DELTA**. V.10, n.2, ago. 1994.

_____, L. P. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguísta aplicado. In: _____ (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006a, p. 44.

_____. Lingüística Aplicada e vida contemporânea: problematizaçãp dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: _____ (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006b. p.85-107.

MOLINA, M. G. Antecedentes históricos del contacto entre el español y las lenguas indígenas americanas: los intérpretes indígenas, la iglesia y los españoles que se incorporaron a la vida indígena. **Diachronicae Virtual 4: El contacto de lenguas**. 2005, p.171-183.

NEBRIJA, E. A. Gramática de la lengua castellana. Prólogo. Consultado em <http://www.jabega.net/nebrija/index.html>. Acesso em 23 de setembro de 2006. apud PARAQUETT, M. As dimensões políticas sobre o ensino de língua espanhola no Brasil: tradições e inovações. In: MOTA, K. & SCHEYERL, D. (orgs.). **Espaços lingüísticos – resistências e expansões**. Salvador: EDUFBA, 2006. p.115-146.

PARAQUETT, M. As dimensões políticas sobre o ensino de língua espanhola no Brasil: tradições e inovações. In: MOTA, K. & SCHEYERL, D. (orgs.). **Espaços lingüísticos – resistências e expansões**. Salvador: EDUFBA, 2006. p.115-146.

PENNYCOOK, A. Uma Língua Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PIRES SANTOS, M. E. **O cenário multilíngue / multidialetal / multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004.

R. SILVA, C. M. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, 47(2). Jun/dez. 2008.

RAJAGOPALAN, K. In: CORTEZ, S. e XAVIER, A. C. (orgs). **Conversas com lingüistas – Virtudes e controvérsias da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. p.175-182.

_____. **Por uma lingüística crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Lingüística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p.149-168.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4.ed. Rio de Janeiro: Graau, 1989.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S (orgs.) **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teoria e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p.193-217.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche – a poética e a política no texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. São Paulo: Autêntica, 2007.

SPOLSKY, B. **Sociolinguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

VÁZQUEZ, G. E. La enseñanza del español con fines académicos. In: LOBATO, J. S. & GARGALLO, I. S. **Vademécum para la formación de profesores – enseñar español como segunda (L2)/lengua extranjera (LE)**. Madrid: SGEL, 2005.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução de Tomaz Tadeu Silva. 7.ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2007, p.07-71.

ANEXOS

1. Tradução das transcrições

1.1 Excerto 3

- Carmen Muita gente vendia em um dia um milhão, era como três mil reais. Imagina, um milhão diário, você converte em três mil reais, mas claro, as pessoas compraram terreno, como nesse tempo não havia, não havia controle control ((de terras indígenas demarcadas na região)), as pessoas compraram carro, fizeram casa, compraram uns terrenos por ali..., a maioria tem três, quatro terrenos grandes ou casas construídas. Faz pouco tempo eu fiquei sabendo de um senhor que, bom, coisas do destino, né? A mulher foi embora com outro e o homem estava aqui desesperado, angustiado, uma vila muito boni/ uma vila das melhores que têm ali encima, vendeu por trinta mil reais. Tudo porque ele se desfez de tudo e fugiu, né?
- P. Humhum
- Carmen ((INC)) e dez mil reais, trinta mil reais é dar de presente! ((INC)) assim, ele não estava bem, mas a pessoa que teve, comprou, né? E as pessoas conseguiram casa, compraram o que puderam, as pessoas quiseram investir! ((INC)) Tem gente que conheço também que não, não investiu ((INC)) estão do mesmo jeito, né?
- P. Mas esse tempo foi...
- Carmen Faz mais de sete anos.

1.2 Excerto 17

- Carmen: Nós que moramos aqui... / olha, eu vou lhe dizer uma coisa que não sei como explicar. Para nós/ que tenho mais de cinco anos/ ((morando em Pacaraima)) compramos este ponto, que nesse tempo era um ponto, né? Agora falamos com a prefeitura, nos ((INC)), compramos o espaço..., mas as pessoas vivem com esse suspense, né? Que, que se Lula afirma que vão dar a terra aos índios, à FUNAI e tudo, então a gente, tem gente que já não quer investir em uma casa, não quer fazer com que seu negócio prospere, se existe um projeto, deixa parado esperando uma resposta assim completa, né? Então as pessoas (INC)) vivem com medo. Se as pessoas fazem um projeto, fazem uma economia e aí o paralisam... tá bom!. Estavam fazendo o Centro Comercial, de repente, desapareceu o dinheiro, mudou de prefeito, estavam... / pra lá, só, creio eu, que vivem o momento, né?
- P.: ¿O presente?
- Carmen: Sim.
- (...)
- Carmen: O que a gente pode fazer? Não existe segurança! A gente também, eu vim para cá por necessidade, né? Já estou aqui e tenho que continuar lutando, né? Meu esposo também é pessimista, meu esposo diz: não, Carmen, que se eles nos votam ((votam pela desinstituição de não-índios)), não vai nos restar nada.

1.3 Excerto 23

- P. A senhora tem filhos?
- Carmen: Tenho dois.
- P. Dois meninos?
- Carmen: Não, um menino e uma menina. Mas são pequenos.
- P. E eles estudam?
- Carmen: Sim, lá na escola xxxx ((aponta para a escola))
- P. E que língua eles falam?
- Carmen: Só português. Acho que é por causa da escola, né?
- P. Seus filhos não falam espanhol?
- Carmen: Não, não falam.